



SPRA

INFORMAÇÃO

SPRA promove
Petição à Assembleia
Legislativa Regional sobre
os Horários do 1º Ciclo

N.º 58

Ano X

Nov/Dez de 2009

OS PROFESSORES

**NÃO
DESISTEM!**

**Está na hora
de rever
a Carreira
Docente
na Região!**

FICHA TÉCNICA

Director de Redacção: Belarmino Ramos
Redacção: Fernando Vicente, António Lucas, Nuno Maciel, Graça Silveira.
Projecto Gráfico: Jorge Esteves
Paginação e Tratamento Gráfico: Fernando Vicente
Revisão: Luísa Cordeiro
Colaboração: José Paulo Oliveira(jpgo@sapo.pt)
Propriedade e Edição: Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA); Gabinete de Recursos e Informação do SPRA
 spr.a.terceira@mail.telepac.pt
Periodicidade: Bi-mensal
Tiragem média: 2350 exemplares
Impressão e acabamento: Nova Gráfica, Lda
Dep.Legal: 206452/04
Distribuição gratuita aos sócios do SPRA

www.spra.pt

Membro da FENPROF

ÁREAS SINDICAIS:

STA. MARIA

Rua: Leandro Chaves, 14
 9580-533 Vila do Porto
 tel: 296 882872 fax: 296 882872
 email: sprasma@iol.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A nº 10, 3º
 9500-310 Ponta Delgada
 tel: 296 205960 fax: 296 624698
 email: sprasmiguel@mail.telepac.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia
 9700-130 Angra do Heroísmo
 tel: 295 215471 fax: 295 212607
 email: spraterceira@mail.telepac.pt

GRACIOSA

Rua: Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22
 9880 Santa Cruz Graciosa
 tel: 295 712886 fax: 295 712886
 email: spragradosa@netc.pt

S. JORGE

Av. D. António Martins Ferreira, 11r/c
 9850-022 Calheta São Jorge
 tel: 295 416519 fax: 295 416519
 email: sprasjorge@sapo.pt

FAIAL

Largo Duque D'Ávila e Bolama, 11
 9900-441 Horta
 tel: 292 292892 fax: 292 292882
 email: sprafaial@sapo.pt

PICO

Av. Machado Serpa
 9950-321 Madalena
 tel: 292 623000 fax: 292 622023
 email: sprapico@sapo.pt

FLORES e CORVO

Santa Cruz
 9970 Santa Cruz
 tel/ fax: 292 592976
 email: spraflores@sapo.pt

GRISPR
 Gabinete
 de Recursos
 e Informação
 do Sindicato
 dos Professores



EDITORIAL

Está na hora de rever
a Carreira Docente na Região

No passado dia 25 de Novembro, o Ministério da Educação iniciou uma verdadeira maratona negocial que pretende concluir a 30 de Dezembro. Em causa, estão alterações ao Estatuto da Carreira Docente e ao modelo de Avaliação do Desempenho. Na segunda reunião negocial, a 30 de Novembro, o ME apresentou uma proposta de carreira horizontal, sem a categoria de professor titular, mas com três constrangimentos administrativos no acesso aos 3º, 5º e 7º escalões, sujeitos a vagas para a menção de *Bom*, e quotas para as menções de *Muito Bom* e *Excelente*. A estrutura da carreira, segundo a proposta apresentada na terceira reunião, que teve lugar no passado dia 2 de Dezembro, teoricamente, desenvolver-se-á em 10 escalões, distribuídos por 34 anos. Ainda nesta reunião, foram apresentados os princípios da Avaliação do Desempenho, que, segundo a proposta, se realizará de 2 em 2 anos, com observação de aulas para os docentes do 2º, 4º e 6º escalões. Os avaliadores, nomeados pelo director do agrupamento, serão preferencialmente os docentes com especialização funcional para as funções de supervisão pedagógica, formação, desenvolvimento curricular e avaliação, bem como os docentes posicionados nos últimos escalões.

Na verdade, esta proposta, embora tenha eliminado a categoria de professor titular, mantém claros constrangimentos à progressão na carreira, nomeadamente nos três momentos referidos, e apresenta-os de forma mais precoce do que no anterior ECD, já que este o fazia no último terço da carreira e a nova proposta fá-lo no primeiro terço, sensivelmente a meio e no último terço da carreira.

Neste quadro, e tendo em conta a forçosa adaptação regional das alterações verificadas no âmbito nacional, o SPRA reafirma que os professores dos Açores nunca aceitarão uma carreira com constrangimentos administrativos e que todos os docentes com menção qualitativa de *Bom* deverão poder progredir normalmente.

O SPRA considera, ainda, que no processo de transição para a nova carreira que vier a ser definida, deve ser contemplada a contagem integral do tempo de serviço, de forma a evitar situações de injustiça ou até de ultrapassagens de docentes com mais tempo de serviço por outros com menos, que já se verificaram em anteriormente.♦

António Lucas

Iniciativa é com o SPRA

Os horários de trabalho dos docentes da Educação Pré-Escolar, Educação Especial e 1º Ciclo do Ensino Básico; a abertura do processo negocial, tendo em vista a actualização das carreiras, e as questões da avaliação do desempenho marcaram a Conferência de Imprensa que a Direcção do SPRA realizou em finais de Outubro, em Ponta Delgada. Aqui deixamos as passagens essenciais das declarações do Presidente, António Lucas, neste contacto com os profissionais da comunicação social.



Horários

Não tendo sido atendidas as propostas do Sindicato dos Professores da Região Açores, votadas em plénários sindicais realizados em todas as ilhas dos Açores, relativas à elaboração dos **horários** dos docentes da Educação Pré-Escolar, Educação Especial e 1.º Ciclo do Ensino Básico, em sede de negociação do ECD na RAA, este sindicato, desde a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2007/A, de 30 de Agosto, tem vindo a contestar, recorrendo às mais diversas formas de luta, as indicações dadas pela tutela para a realização dos horários dos referidos docentes.

Na verdade, os horários dos educadores e professores destes níveis de ensino têm sido elaborados na base de 30 segmentos da componente lectiva, contrariando os pontos 2 e 5 do art. 118.º do DLR n.º 11/2009/A, de 21 de Julho, e do DLR que o antecedeu, que referem, respectivamente, que a

componente lectiva do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico é de vinte e cinco horas semanais e considera como hora lectiva o tempo de aula que não exceda cinquenta minutos. No âmbito desta reivindicação, o SPRA está a promover, à escala regional, a generalização de um requerimento de serviço docente extraordinário, visando o diferencial entre as horas efectivamente prestadas e as horas que a lei determina.

Caso as exigências dos docentes não sejam satisfeitas, o SPRA levará a referida questão à Provedoria de Justiça e pondera a possibilidade de patrocinar a contenda, em sede do Tribunal Administrativo de Ponta Delgada, dos docentes que virem os seus requerimentos indeferidos.

Ainda sobre esta matéria e na sequência das lutas sindicais desencadeadas, o SPRA promoveu uma Petição a propor à Assembleia Legislativa Regional dos Açores que reco-

mende ao Governo Regional a correcção imediata desta irregularidade, que está na base da constituição dos horários em causa.

Abertura de negociações

Na sequência das alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro, nomeadamente, no que diz respeito à estrutura da carreira docente e aos requisitos de progressão, com a introdução de novos escalões e de novos índices remuneratórios, de forma a recuperar a paridade com a carreira técnica superior da Administração Pública, o SPRA solicitou à Secretária Regional da Educação e Formação a abertura do **processo negocial**, tendo em vista a adaptação à Região Autónoma dos Açores das referidas modificações e consequente alteração do Decreto



Legislativo Regional nº 11/2009/A, de 21 de Julho.

Avaliação

No âmbito da avaliação do desempenho, e tendo em consideração o novo quadro político da Assembleia da República e as declarações dos vários partidos com assento nesta Assembleia, sobre esta matéria, o Sindicato de Professores da Região Açores exige a reabertura de um processo negocial com a Secretária Regional da Educação e Formação, de forma a expurgar do Decreto Regulamentar Regional nº 13/2009/A, de 18 de Agosto, todos os aspectos que considera negativos no processo de avaliação do pessoal docente.

Assim, o SPRA reafirma que o regime de avaliação do desempenho docente deve ter um carácter eminentemente formativo, centrado no trabalho colaborativo entre pares, os resultados escolares dos alunos devem servir apenas para aferição do sistema, nunca devendo ser usados para a avaliação e classificação dos professores, as faltas equiparadas a serviço efectivo não deverão penalizar na avaliação docente e, por último, que a observação de aulas deverá ocorrer apenas quando os docentes requererem uma menção superior a Bom ou quando o órgão de gestão considerar haver indícios de más práticas educativas.

Horários dos docentes contratados da Escola Profissional das Capelas

Na Conferência de Imprensa levada a cabo em Ponta Delgada, no passado dia 27 de Outubro, os dirigentes do SPRA consideraram "inaceitável a situação relativa aos horários dos docentes contratados da Escola Profissional de Capelas pela forma como lhes foram atribuídos horários de 22 horas lectivas, portanto, horários completos, sem que a correspondente componente não lectiva de estabelecimento lhes tivesse sido distribuída, transformando-os em horários incompletos."

No diálogo com os jornalistas, a Direcção do SPRA manifestou "a sua estranheza pela forma como foi realizada esta distribuição de serviço, uma vez que alguns horários correspondiam a serviço lectivo de professores do quadro desta escola e não compreende como é que em grupos disciplinares em que se poderia distribuir um ou mais horários completos e outros incompletos, terá o órgão de gestão optado apenas por distribuir horários incompletos."

O SPRA considera, também, inaceitável o atraso no pagamento dos vencimentos dos docentes contratados na referida escola, uma vez foram contratados, na sua maioria, a 28 de Agosto, tendo os seus vencimentos sido processados após o dia 13 de Outubro.



QUARTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 2009

Açoriano Oriental

REGIONAL 5

REPORTAGEM 13

Mal-estar na Escola Profissional das Capelas

MARA OLIVEIRA

A única escola pública de ensino profissional da Região vive actualmente "uma situação de instabilidade profunda e de mal-estar", nas palavras de Isabel Rodrigues, professora efectiva na Escola Profissional das Capelas e delegada do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA). A atribuição de horários incompletos a professores contratados da Escola Profissional das Capelas de forma injustificada - no entender do SPRA - é o episódio mais recente, mas não é a única causa. Segundo Isabel Rodrigues, a escola padecia de uma "desorganização estruturante" que ameaça o rigor na qualidade do ensino. "Está em causa uma instituição com mais de trinta anos e senários que está numa situação de imenso perigo", alerta Isabel Rodrigues. Em fase de transição - está a ser dirigida há um ano e meio por uma comissão executiva constituída com um mandato de dois anos - a escola, diz a docente, "não está a cumprir a sua missão". A professora aponta a uma intervenção ineficaz da Secretária Regional da Educação, com fundamento que os docentes sentem-se

"muito desacompanhados pela tutela". Segundo Isabel Rodrigues, "já não estamos a ver uma luz ao fundo do túnel" há professores do quadro a ponderar solicitar desacompanhamento para outras escolas, tal é o desânimo.

Problemas das contratadas. Contudo, em conferência de imprensa, o Sindicato dos Professores da Região Açores veio a público denunciar a situação de precariedade dos professores contratados da Escola Profissional das Capelas. A espera, há mais de um mês, de uma resposta da Secretária Regional da Educação e uma exposição jurídica sobre o caso, o SPRA decidiu vir a público mostrar "estranhamento" pelo facto de, na Escola Profissional das Capelas, haver professores contratados com horários incompletos a cumprirem 22 horas lectivas, sem que sejam contempladas as horas de trabalho relativas a actividades não lectivas (como reuniões por exemplo). Ora, a estranheza deve-se ao critério adoptado de distribuição de serviço pelo desatendimento de cada professor ao início da carreira", Isabel Rodrigues, "não é lógico,



Situação de instabilidade está a ameaçar a qualidade do ensino na escola

Para o SPRA, a única escola pública de ensino profissional padeceria de "desorganização estruturante". Como refere a delegada sindical, a situação levou a que muitos dos professores colocados desistissem e deixassem os alunos sem aulas - esta semana, ainda estão a ser colocados docentes. "Mantendá-los", diz Isabel Rodrigues que explica porque os horários incompletos, o tempo de serviço e os vencimentos dos professores "diminuem extraordinariamente", e a juntar a isto, verificou-se um atraso no pagamento dos vencimentos dos docentes (contratados a 28 de Agosto, viram os seus vencimentos processados só a 13 de Outubro). "É muito barato à Região, mas é extremamente caro aos professores no início da carreira", lêem também os alunos, diz Isabel Rodrigues. Como refere a delegada sindical, a situação levou a que muitos dos professores colocados desistissem e deixassem os alunos sem aulas - esta semana, ainda estão a ser colocados docentes. "Mantendá-los", diz Isabel Rodrigues que explica porque os horários incompletos, o tempo de serviço e os vencimentos dos professores "diminuem extraordinariamente", e a juntar a isto, verificou-se um atraso no pagamento dos vencimentos dos docentes (contratados a 28 de Agosto, viram os seus vencimentos processados só a 13 de Outubro). "É muito barato à Região, mas é extremamente caro aos professores no início da carreira", lêem também os alunos, diz Isabel Rodrigues.

Escola Profissional de Capelas em "perigo"

MARA OLIVEIRA

"Perigo" foi um dos termos utilizados por Isabel Rodrigues, delegada sindical da Escola Profissional de Capelas, para caracterizar o clima e o estado actual da instituição de ensino, que, conforme denunciado pela docente, durante a conferência de imprensa realizada pelo Sindicato dos Professores da Região dos Açores (SPRA), sofreu várias ilegalidades respeitantes ao horário de trabalho de docentes contratados da escola, o que traduz "uma clara falta de igualdade perante os colegas".

de 12 professores contratados da Escola Profissional de Capelas, em conferência de imprensa, em Ponta Delgada, no passado dia 27 de Outubro, os dirigentes do SPRA consideraram "inaceitável a situação relativa aos horários dos docentes contratados da Escola Profissional de Capelas pela forma como lhes foram atribuídos horários de 22 horas lectivas, portanto, horários completos, sem que a correspondente componente não lectiva de estabelecimento lhes tivesse sido distribuída, transformando-os em horários incompletos."



"A instabilidade clara vivida na Escola Profissional de Capelas, fará com que se espalhe a crise à Direcção Regional da Educação".

"Os docentes encontram-se numa situação lectiva e desligada".

Ecos da Comunicação Social Regional

4 REGIONAL Quarta-feira, 28 de Outubro de 2009 Diário dos Açores

Sindicato dos Professores exige ao governo o "cumprimento da lei" através de Petição

Provedoria de Justiça e Tribunal Administrativo de Ponta Delgada são as próximas instâncias que o Sindicato dos Professores da Região Açores vai recorrer, caso as reivindicações venham indeferidas.

POR: DALIDA COSTA

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) chamou ontem os jornalistas para anunciar que vai ser entregue uma Petição na Assembleia Legislativa, no sentido de se fazer cumprir a lei no que diz respeito à elaboração dos horários dos docentes da Educação Pré-escolar, Educação Especial e 1º Ciclo do Ensino Básico, uma vez que a tutela tem vindo a elaborar horários "na base de 30 segmentos da componente lectiva", contrariando aquilo que está previsto, lembra António Lucas, actual presidente deste sindicato.

Esta é mais uma forma de protesto além de outras já levadas à vante por esta força sindical, "esta luta vem de longe e sem a receptividade por parte da tutela", lembra Isabel Rodrigues, representante sindical da Escola de Capelas, membro nacional do SPRA há 9 anos, também presente na conferência de imprensa.

Pelo que se pode ler na petição, o problema reside na não uniformização dos horários, uma vez que "uns comportam 30 e outros 31 horas lectivas".

A Tutela alega monodocência, referindo-se ao horário contínuo que



>> PROFESSORES SPRA diz não existir monodocência, como alega a Tutela.

A este respeito Isabel Rodrigues, representante sindical da Escola de Capelas, presente na conferência de imprensa, lançou um alerta à Tutela e à população em geral, por considerar que esta escola "é uma peça fundamental no sistema educativo regional, porque forma jovens e adultos". Segundo esta representante do sindicato, com a actual situação, os pro-

fessores são colocados pela Direcção Regional da Educação nesta escola e sujeitos a horários incompletos de 22 horas semanais, como é o caso dos professores contratados; sem serviço não lectivo, o que lhes diminui o tempo de serviço, levando, muitas vezes ao abandono da actividade lectiva por descontentamento com as condições de trabalho.

São 15 os professores

entretanto desistiu de leccionar naquela escola.

Isabel Rodrigues denuncia de igual modo a falta de organização e estruturação que a Escola de Capelas está sujeita, ao afirmar que não existem, por exemplo, cronogramas nem planos de formação em posto de trabalho.

Diário dos Açores

Petição contra ilegalidade nos horários dos professores

MARA GONCALVES

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) está a promover uma petição com o intuito de alertar os deputados açorianos para "irregularidade" em que a Secretaria Regional da Educação está a incorrer, ao não respeitar os horários dos professores do pré-escolar, 1º ciclo e Educação Especial, de modo a que a Assembleia Legislativa possa tomar as medidas necessárias para a "correção imediata" de que consideram ser uma ilegalidade.

Em causa está o facto dos horários dos professores destes níveis de ensino estarem a ser elaborados com 30 segmentos de componente lectiva, quando a legislação em



Até prevê 25 horas semanais, mas horários têm tuita

vigor (DLR nº 11/2009/A de 21 de Julho) estabelece que a componente lectiva do pessoal docente do pré-escolar e do 1º ciclo é de 25 horas semanais, sendo certo que nos horários "o tempo de aula que não exceda 50 minutos".

O Sindicato recorre agora à petição para voltar a chamar a atenção para uma "questão sensível" que há motivo no passado um abaixo-assinado subscrito por 80 por cento dos docentes destes níveis de ensino, concentração, e uma greve de duas horas e meia. Mas além de petição, o SPRA está também a incutir os docentes afectados a escreverem à secretaria regional um requerimento de serviço docente extraordinário (diferença entre as horas previstas e as horas previstas na lei) e a

considerar levar a questão à Provedoria de Justiça e ao Tribunal Administrativo de Ponta Delgada, pedindo os processos em discussão e os requerimentos serem indeferidos.

Como repara Clara Torres, vice-presidente do SPRA, "a tutela insiste em não correr em ilegalidade". Segundo a sindicalista, a tutela escolheu-se atrás de "uma fábula monodocência" que deturpa de existir no pré-escolar e no 1º ciclo, no momento em que se introduziu o inglês e as áreas das expressões. "Os docentes estão na prática a trabalhar com horários segmentados", mas a tutela continua a considerar que, no pré-escolar e 1º ciclo, cada tempo lectivo vale uma hora, e no 2º e 3º ciclos é considerado, vale 45 minutos. ||

Açoriano Oriental

Regional

Correio dos Açores, 28 de Outubro 2009

MEMÓRIAS DOS PROFESSORES DO 1º CICLO

Sindicato ameaça levar a Secretaria da Educação a Tribunal

Ana Cecília

O Sindicato dos Professores dos Açores ameaça levar a Secretaria da Educação a Tribunal Administrativo e vai queixar-se à Provedoria de Justiça em causa esta o que o Sindicato considera ser uma discriminação nos horários aplicados aos professores do 1º ciclo e pré-escolar que têm uma carga lectiva superior aos professores do 2º e 3º ciclos.

O Sindicato afirmou ontem em conferência de imprensa, pela voz de António Lucas, que toda a situação é ilegal e exige à tutela que seja "reponta a legalidade, quando a direcção regional da Educação insiste em contrariar a legislação que prevê 25 horas semanais para todos os professores, mas que aplica a 30 horas para professores do 1º Ciclo".

"Não tendo sido atendidas as pretensões do Sindicato dos Professores da Região Açores, votadas em plenários sindicais realizados em todas as ilhas dos Açores, relativas à elaboração dos horários dos docentes da Educação Pré-escolar, Educação Especial e 1º Ciclo do Ensino Básico, em sede de negociação do ECD na RAA, este sindicato, desde a publicação do Decreto Legislativo Regional nº 21/2007/A, de 30 de Agosto, tem vindo a contestar, recorrendo às mais diversas formas de luta, as indicações dadas pela tutela para a realização dos horários dos referidos docentes. Na verdade, os horários dos educadores e professores destes níveis de ensino têm sido elaborados na

base de 30 segmentos da componente lectiva, contrariando os pontos 2 e 5 do art. 118.º do DLR nº 11/2009/A, de 21 de Julho, e do DLR que o antecedeu, que referem, respectivamente, que a componente lectiva do pessoal docente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico é de vinte e cinco horas semanais e considera como hora lectiva o tempo de aula que não exceda cinquenta minutos".

No âmbito desta reivindicação, o SPRA está a promover, à escala regional, a generalização de um requerimento de serviço docente extraordinário, visando o diferencial entre as horas efectivamente prestadas e as horas que a lei determina.

Caso as exigências dos docentes não sejam satisfeitas, o SPRA levará a referida questão à Provedoria de Justiça e pondera a possibilidade de patrocinarem a contenda, em sede do Tribunal Administrativo de Ponta Delgada, dos docentes que vivem os seus requerimentos indeferidos", refere o comunicado entregue ontem pelo SPRA.

Para já, o Sindicato avança com uma Petição para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e, o passo seguinte, é reencaminhar o caso para instâncias próprias, que será posta a circular através da página electrónica do SPRA e nas escolas durante o próximo mês.

Na mesma ocasião, António Lucas, do Sindicato dos Professores dos Açores afirmou ainda que, para além disso, a Escola Profissional das Capelas, a única escola profissional pública, atribuiu este ano horários incompletos aos



docentes que concorreram à instituição, atribuindo 22 horas semanais de trabalho, resultando dessa medida o facto de alguns terem ficado sem professores.

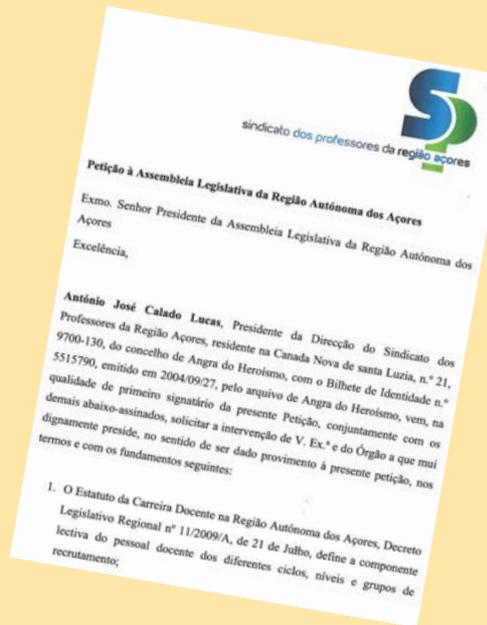
"O SPRA considera inaceitável a situação relativa aos horários dos docentes contratados da Escola Profissional das Capelas pela forma como lhes foram atribuídos horários de 22 horas lectivas, portanto, horários completos, e lhes ter sido comunicado, posteriormente, que os referidos horários eram incompletos. O SPRA manifesta a sua estranheza pela forma como foi realizada esta distribuição de serviço, uma vez que alguns horários correspondiam a

serviço lectivo de professores do quadro desta escola e não compreende como é que em grupos disciplinares em que se poderia distribuir um ou mais horários completos e outros incompletos, terá o órgão de gestão optado apenas por distribuir horários incompletos", refere o mesmo responsável.

Este sindicato considerou, também, "inaceitável o atraso no pagamento dos vencimentos dos docentes contratados na referida escola, uma vez que estes docentes foram contratados, na sua maioria a 28 de Agosto, tendo os seus vencimentos sido processados após o dia 13 de Outubro".

Correio dos Açores

Petição



Na sequência das lutas desencadeadas pelo Sindicato dos Professores da Região Açores, esta estrutura sindical promove uma Petição a propor à Assembleia Legislativa Regional dos Açores que recomende ao Governo Regional a correcção imediata desta irregularidade, que está na base da constituição dos horários em causa.

Assina!
Junto do delegado sindical da escola ou em

www.spra.pt

SPRA reuniu com Inspeção Regional de Educação

Corrigir o que está mal, evitar perturbações no funcionamento das escolas na Região

Os efeitos das faltas, licenças e dispensas na avaliação do desempenho do pessoal docente estiveram no centro do debate na reunião realizada no passado dia 12 de Novembro entre delegações do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) e da Inspeção Regional de Educação (IRE). O Sindicato alertou os responsáveis da Inspeção para um conjunto de situações que perturbam o “normal funcionamento das escolas” na Região, colocando, de forma responsável e alicerçada em propostas coerentes, a necessidade de encontrar soluções.

Quanto ao Formulário e Relatório de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente, segundo o qual as faltas equiparadas a prestação efectiva de serviço penalizam os professores e educadores, e ainda quanto aos efeitos das licenças e dispensas na Avaliação do Desempenho, a Inspeção referiu que, uma vez que não pertence a nenhuma comissão de acompanhamento do processo de avaliação do desempenho docente, o seu papel nesta matéria será meramente de *gestão de conflitos*.

Como assinala em comunicado divulgado após o encontro, “o SPRA não aceita que esta situação perdure e continuará a desenvolver as acções necessárias no sentido de expurgar deste processo avaliativo este efeito incompreensivelmente negativo, decorrente do exercício de um direito que a própria lei confere.”

Quanto à aplicação a estes docentes do artº 118.º, ponto 5, do ECD na RAA, Decreto Legislativo Regional nº 11/2009/A, de 21 de Julho, “a Inspeção apresenta

a mesma leitura que a Secretaria Regional da Educação e Formação”, ou seja: os horários destes sectores de ensino devem ser contabilizados em unidades de 60 minutos e não em segmentos de 45 minutos.

Na sequência da luta sindical que tem sido travada ao longo do tempo, em relação a esta matéria, o SPRA promoveu uma **Petição** dirigida à Assembleia Legislativa Regional dos Açores e já perspectivou o recurso a outras instâncias.

No que diz respeito à reivindicação do SPRA de que a componente lectiva dos docentes com qualificação em **Educação Especial** ou dos que realizaram complementos de habilitação na área da Educação Especial e que exercem funções neste sector de ensino, não estan-

do integrados nos grupos de recrutamento da Educação Especial deve ser de 22 horas, “a IRE considera que a componente lectiva em apreço, plasmada no ponto 3 do artigo 118º do ECD na RAA, deve ser aplicada somente aos docentes afectos aos grupos de recrutamento 120 e 700.”

Assim, concluiu que todos os docentes que estejam a leccionar na Educação Especial e que não pertençam aos grupos de recrutamento supramencionados devem ter a componente lectiva correspondente ao seu grupo de formação de base, contrariando o entendimento deste Sindicato.

No sentido de ultrapassar esta situação, o SPRA divulgou a sua posição junto da SREF, na reunião, entretanto, realizada, mantendo a reivindicação da abertura de vagas nos grupos de recrutamento 120 e 700, tendo a SREF se comprometido a abri-las já no próximo Concurso Externo do

Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário.

Quanto aos problemas detectados na **Escola Profissional das Capelas** (mais de uma dezena de professores contratados receberam horários com 22 horas lectivas, tendo, contudo, sido informados de que os referidos horários eram incompletos), a IRE, dando sequência à denúncia do SPRA, afirmou a sua disponibilidade para uma rápida averiguação.



O Sindicato dos Professores da Região Açores levou ao conhecimento da Inspeção Regional de Educação, para reflexão e análise de soluções mais adequadas, as diversas opções pedagógicas de funcionamento dos **pares pedagógicos do Programa Oportunidade**, adoptadas pelas escolas, eventualmente, de pedagogia duvidosa, a avaliar pelas preocupações demonstradas por vários docentes. A IRE, sobre este assunto, adiantou que, não tendo ainda levado a cabo um acompanhamento a este Programa, já tem o seu agendamento para o início do próximo ano civil.

Os representantes da Inspeção referiram, ainda, que “este acompanhamento poderá ter como resultado final não só a adequação pedagógica, tendo em vista o sucesso educativo, como também a base legislativa que está em falta para o referido Programa”. ♦

Delegação do SPRA esteve reunida com Secretaria Regional da Educação e Formação (SREF)

Em cima da mesa: a exigência de abertura do processo negocial

A Secretaria Regional de Educação e Formação, em reunião mantida com uma delegação do SPRA, no passado dia 18 de Novembro, só manifestou disponibilidade para rever o modelo de avaliação docente em 2011 e após as recomendações das duas comissões criadas para o acompanhamento do regime de avaliação... O SPRA reitera a necessidade de, independentemente do funcionamento do presente modelo, da sua aplicação prática ou do seu acompanhamento, retirar as penalizações que, por princípio, em seu entender, nunca deveriam ter sido introduzidas no *Formulário e Relatório de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente*.

A reunião realizou-se a pedido do Sindicato dos Professores da Região Açores e destinava-se a tratar, “em primeiro lugar, da abertura do processo negocial para a revisão do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores (ECD na RAA), decorrente da publicação do Decreto-Lei nº 270/2009, de 30 de Setembro, que altera o Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário do Ministério da Educação”.

Posições de princípio do SPRA

Como sublinha uma nota, entretanto, divulgada pela Direcção sindical, “a este propósito, o SPRA reafirmou os princípios que, em sua opinião, devem nortear as alterações à estrutura da Carreira Docente na Região, a saber: a mobilidade entre os quadros das Regiões e os do Continente; a uniformização dos escalões; a garantia do reposicionamento dos docentes na carreira, de forma a consagrar a contagem integral do tempo de serviço; a não ultrapassagem, na progressão na carreira, de docentes com mais tempo de serviço por docentes com menos tempo de serviço; o acesso ao topo da carreira sem constrangimentos administrativos e a recuperação da paridade da Carreira Docente com a Carreira Técnica Superior da Administração Pública”.

Sobre esta matéria, o SPRA questionou, ainda, a SREF sobre a existência



Lina Mendes,
Secretária
Regional da
Educação e
Formação

de uma proposta de calendário negocial, alertando para os prazos previstos na Lei de Direitos de Negociação Colectiva e de Participação, Lei nº 23/98, de 26 de Maio, tendo a titular da pasta da Educação se comprometido a enviar a esta estrutura sindical, durante o próximo mês, a solicitada proposta de calendário negocial.

“Por não ter sido, ainda, agendada pela DREF a reunião solicitada por este sindicato, foram, também, tratadas algumas das matérias constantes do referido pedido, apesar do reduzido tempo disponibilizado para o efeito”, regista a nota sindical emitida em Angra do Heroísmo.

Horários da Educação Pré-Escolar, do Ensino e Educação Especial e do 1º Ciclo

Em relação à reivindicação antiga do SPRA para que seja aplicado o estipulado no ponto 5 do artigo 118º do ECD na RAA aos horários dos docentes da Educação Pré-Escolar, da Educação Especial e do 1º Ciclo do

Ensino Básico, a SREF reitera a sua posição de desrespeito pela referida norma.

O SPRA confirmou a sua determinação na prossecução da luta, através das iniciativas anunciadas, algumas delas já a decorrer, e de outras, eventualmente, a perspectivar pelo colectivo que representa, com o objectivo de ir ao encontro dos anseios dos docentes destes níveis e sectores de ensino e do cumprimento da legalidade.

Horários alegadamente incompletos na Escola Profissional de Capelas

O SPRA denunciou, uma vez mais, a situação dos horários de mais do que uma dezena de docentes contratados nesta escola a quem, na distribuição de serviço, foram atribuídos horários de 22 horas lectivas, incompreensivelmente contabilizados como incompletos.

A Secretária Regional da Educação e Formação informou que tinha comunicado a situação à Inspeção Regional de Educação, na sequência da denúncia do SPRA, efectuada através de ofício datado de 21 de Setembro, e que ela própria visitaria a escola num futuro próximo com o objectivo, entre outros, de ouvir os docentes.

Horários da Educação e Ensino Especial

Os dirigentes sindicais presentes no encontro de trabalho com a SREF chamaram a atenção para a existência de docentes qualificados em Educação e Ensino Especial, em exercício de funções neste sector de ensino, que, porque não são abertas vagas nos grupos de recrutamento da Educação e Ensino Especial, praticam horários em função do seu grupo de origem, distribuídos por 30 ou mais segmentos.

Perante esta denúncia, a SREF assumiu o compromisso de verificar as reais necessidades do Sistema Educativo Regional e de proceder à correspondente abertura de vagas no próximo Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário.

Avaliação do Desempenho Docente



QUINTA-FEIRA | 19 NOV 2009

diárioinsular

SPRA E SÓP DIZEM QUE O MODELO EM VIGOR NOS AÇORES TEM DE SER APERFEÇOADO

Sindicatos querem rever avaliação dos professores



LINA MENDES reuniu ontem, em Angra, com os sindicatos dos professores

Os sindicatos dos professores açorianos defendem a revisão do modelo de avaliação de desempenho dos docentes. Dizem que as suas imperfeições têm de ser alteradas.

Os sindicatos açorianos de professores defendem a revisão do modelo de avaliação de desempenho dos docentes em vigor no arquipélago.

2009) (foi suspensa até serem acordadas novas regras) - contém um conjunto de regras que devem ser eliminadas.

explica António Lucas, do SÓP, que há aspectos que têm de ser revistos, mas não defende a suspensão do modelo de avaliação.

para que foi contratado. Além disso, o desempenho dos alunos não pode contar para a avaliação dos professores. É o regime de faltas também sem de ser alterado", defende.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIZ QUE "NÃO É OPORTUNO" VOLTAR A HEXER NO MODELO

Alterações na avaliação dos docentes só cirúrgicas e noutra altura

A secretária regional da Educação adverte alterações à estrutura da carreira docente e ao modelo de avaliação, mas não defende a suspensão do modelo de avaliação de desempenho dos docentes em vigor nos Açores.

al, estarão totalmente disponíveis para avançar com alterações, mas ainda não é tempo para isso", afirma Lina Mendes.

em vigor desde 30 de Setembro, Orem, foi anunciado que os alunos serão alterados.

Diário Insular

Estatuto dos professores volta a ser discutido

A secretária regional da Educação, Lina Mendes, encontrou-se ontem com António Lucas, presidente do Sindicato de Professores da Região Açores, e com Fernando Fernandes, do Sindicato Democrático dos Professores, para uma reunião em que se abordou a negociação sobre a revisão do Estatuto da Carreira Docente, que também está a ser discutida no continente.

Açoriano Oriental

Embora consciente de que o artigo 16º do ECD na RAA preveja a revisão do regime de avaliação do desempenho docente até ao termo do quarto ano escolar posterior ao da sua primeira aplicação, o SPRA manifestou, uma vez mais, a necessidade absoluta de rever o actual modelo, no sentido de contemplar os princípios e as propostas defendidos por este sindicato, a saber: uma avaliação de carácter essencialmente formativo; a observação de aulas apenas para os docentes que pretendam menções superiores a *Bom* ou que demonstrem indícios de más práticas pedagógicas; a expurgação das penalizações, na avaliação, de faltas equiparadas a serviço efectivo, bem como dos efeitos dos resultados escolares dos alunos na avaliação dos docentes.

Propostas do ME sobre estrutura da carreira e avaliação do desempenho continuam amarradas a mecanismos administrativos que a FENPROF rejeita



Como se esperava, o Ministério da Educação apresentou à FENPROF no passado dia 2 de Dezembro a sua proposta de estrutura da carreira (8 escalões de quatro anos, um de dois e um total de 34 anos para atingir o de topo - 10.º escalão - que garante a paridade com a carreira técnica superior) e de avaliação de desempenho.

A FENPROF regista o facto de o ME propor uma avaliação centrada na escola, realizada entre pares e da responsabilidade do conselho pedagógico que, para o efeito, constitui uma comissão específica. Porém, tanto a avaliação de desempenho, como a estrutura de carreira, que são propostas, continuam amarradas a mecanismos administrativos que, no caso da avaliação de desempenho, são as quotas para atribuição de *Muito Bom* e *Excelente*, e no que respeita à estrutura da carreira é a contingentação por vagas para progressão a alguns escalões.

“Como a FENPROF tem afirmado e fez questão de recordar na reunião, a existência desse tipo de estrangulamentos administrativos (quer ao reconhecimento do mérito em sede de avaliação, quer à progressão na carreira) condicionará fortemente a possibilidade de se chegar a consenso, requisito indispensável à existência de acordo”, sublinha a nota de imprensa divulgada pela FENPROF após este encontro no ME.

“Todavia, a FENPROF não deixa de registar a posição manifestada pelo ME de, perante as posições e contra-propostas sindicais, que serão enviadas na próxima segunda-feira, poder evoluir para propostas que se aproximem das que, há muito, são defendidas pelos professores e educadores e assumidas pela FENPROF nesta negociação”, conclui a nota.♦

Pincípios e proposta de trabalho da FENPROF para uma nova estrutura da carreira docente

A FENPROF defende que a nova estrutura da carreira docente respeite os seguintes princípios:

- 1. Definição de uma carreira única** coerente com a matriz de desenvolvimento funcional da profissão. Tal significa eliminar a divisão da carreira docente em categorias hierarquizadas;
- 2. Respeito pelo mérito absoluto**, que deverá determinar o acesso aos diversos patamares da carreira. Tal implica a rejeição de mecanismos administrativos que constringam a progressão na carreira docente;
- 3. Redução da actual duração da carreira**, logo, do tempo necessário para acesso ao topo;
- 4. Manutenção da paridade** no topo entre a carreira docente e a carreira técnica superior da Administração Pública;
- 5. Estabelecimento de períodos de permanência iguais (propondo-se 4 anos) em cada escalão**, prevendo a existência de 8 escalões;
- 6. Consagração de impulsos indiciários de valor semelhante entre os diversos escalões**, calculados entre o índice 167 (escalão 1) e o 370 (escalão de topo);
- 7. Remuneração dos docentes contratados profissionalizados pelo índice correspondente ao primeiro escalão da carreira docente** (índice 167);
- 8. Progressão nos escalões em função do tempo de serviço e de uma avaliação positiva do desempenho;**
- 9. Existência de mecanismos de discriminação positiva (acelerações na progressão) e negativa (não progressão na carreira) decorrentes das menções que forem atribuídas em sede de avaliação de desempenho.**♦

CONSELHO NACIONAL DA FENPROF APROVOU RESOLUÇÃO

Linhas muito claras de orientação sindical

“Com o início de uma nova Legislatura, e tendo em conta o novo cenário político do País, torna-se possível alterar alguns dos caminhos mais negativos que marcaram a anterior, em que se destacou uma atitude de permanente confronto com os professores e educadores, assumida, sobretudo, pelos responsáveis do Ministério da Educação”, sublinha a resolução aprovada pelo Conselho Nacional da FENPROF.

O órgão máximo da Federação entre Congressos esteve reunido, em Lisboa, no passado dia 7 de Novembro. Em representação do SPRA, estiveram os Conselheiros António Lucas, Clara Torres, Armando Dutra, Fernando Vicente, Euclides Carquejo, Nuno Maciel e António Dutra “Para o futuro, pretende-se uma postura diferente de valorização do diálogo e da negociação, devendo os Sindicatos ser reconhecidos como parceiros privilegiados, enquanto legítimos representantes dos docentes. Nesse quadro, a FENPROF assume uma posição particularmente relevante e de maior responsabilidade, pois é a organização de maior representatividade”, observa a resolução aprovada pelo CN, que acrescenta mais adiante:

“O programa apresentado pelo Governo Sócrates para a Legislatura veio reforçar a ideia de estarmos perante a intenção de prosseguir políticas, mesmo as mais negativas e contestadas. No que à Educação diz respeito, e para além dos aspectos relacionados com a carreira docente, o programa é demasiado vago e generalista, mais centrado em intenções do que em medidas, mas não deixa de se perceber: a vontade de manter um modelo de gestão que não serve os interesses das escolas; a intenção de reforçar os níveis de contratação directa pelas escolas, cujos resultados têm sido os piores; a prossecução do caminho da municipalização do ensino básico; a



Mesa do Conselho Nacional da FENPROF, que reuniu no dia 7 de Novembro, em Lisboa, presidida por Mário David Soares

não aposta na rede pública de jardins de infância, para expandir a Educação Pré-Escolar; a manutenção do sub-financiamento das instituições de ensino superior público; a não alteração do regime de transição dos docentes do ensino superior politécnico para a nova carreira - entre intenções negativas e que mereceram muita contestação e relevantes omissões, o programa apresentado pelo Governo à Assembleia da República, não permite deixar antever uma ruptura com políticas e práticas antes desenvolvidas.”

Diálogo, negociação, responsabilidade

Os conselheiros nacionais da FENPROF realçam, entretanto, que a abertura ao diálogo tem que ser acompanhada, na prática, de intenções e de vontade e coragem políticas do Governo para alterar, de forma negociada, as opções mais negativas que foram impostas e os correspondentes quadros legais aprovados ao longo da anterior legislatura.



“É num desejável quadro de diálogo e de negociação que a FENPROF considera indispensável que sejam tomadas diversas medidas que constam da Carta Reivindicativa dos Professores e Educadores Portugueses”, regista o documento aprovado pelo órgão máximo da Federação entre Congressos.

Reivindicações

Deixamos à apreciação dos nossos leitores as reivindicações aprovadas pelo Conselho Nacional:

I. DE IMEDIATO

- Garantia de eliminação da divisão da carreira docente entre professores e professores-titulares;

- Suspensão do actual regime de avaliação do desempenho dos docentes e dos seus efeitos, com a garantia de: não prosseguir o segundo ciclo avaliativo; de serem suspensos os efeitos que decorreriam da atribuição de *Muito Bom* e *Excelente* no 1.º ciclo avaliativo e de, no primeiro ciclo avaliativo, serem avaliados todos os docentes, independentemente de terem ou não apresentado proposta de objectivos de avaliação, como, aliás, está a acontecer na grande maioria das escolas e agrupamentos;

- Regularização dos horários de trabalho e início de um processo negocial visando alterar, para o futuro, os critérios em que assenta a sua elaboração;

- Regularização da situação laboral dos técnicos, na esmagadora maioria docentes, que exercem funções nas AEC - independentemente das entidades que os contratam -, sendo eliminados os recibos verdes e respeitadas as remunerações legalmente estabelecidas;

- Respeito pelos direitos sindicais, com a aprovação de medidas que visem eliminar as penalizações a que se sujeitaram professores que participaram em reuniões sindicais, professores



Sessão Plenária do Conselho Nacional

Gestão: iniciativa no 2º período

No 2.º período lectivo, a FENPROF promoverá uma iniciativa de reflexão e debate, para a qual convidará os partidos políticos, sobre direcção e gestão das escolas. Pretende, com essa acção, “contribuir para uma alteração efectiva do regime imposto às escolas”.

que são dirigentes sindicais e as próprias organizações, cuja autonomia de organização e representatividade foram postas em causa;

- Substituição do regime de transição dos docentes do ensino superior politécnico para a nova carreira, por um que consagre mecanismos de acesso, não exclusivamente dependentes de concursos, para os que têm exercido funções permanentes há já largos anos nas suas instituições;

II. DURANTE O PRIMEIRO PERÍODO LECTIVO

- Início do processo de revisão do ECD, visando, entre outros objectivos, eliminar a divisão da carreira, substituir o modelo de avaliação, rever os critérios de organização dos horários de trabalho, revogar a prova de ingresso na profissão, contar integralmente o tempo de serviço prestado, criar requisitos específicos para a aposentação dos docentes;

- Aprovação, no âmbito da revisão do ECD, de um regime de integração nos quadros, dos professores de

Técnicas Especiais, de acordo com a Resolução da Assembleia da República nº 17/2006, de 9 de Fevereiro. Na mesma linha, aprovação de um regime especial de acesso à profissionalização dos docentes que leccionam disciplinas e áreas em que tal acesso não é possível (nomeadamente nas áreas do ensino artístico e profissional), independentemente do número de anos de serviço;

- Início das adaptações do ECD aos docentes a exercerem funções noutros ministérios e institutos públicos e serviços;

- Adopção das medidas indispensáveis à abertura de novo concurso, com vagas declaradas, ainda no corrente ano lectivo. Nesse sentido, deverá retomar-se a contratação através do modelo de “colocações cíclicas”, alargadas a todo o ano escolar, e rever as regras para destacamento DACL e DCE;

- Desbloqueamento das mudanças de escalão remuneratório e das subidas de categoria, tornando efectivas as



→ normas correspondentes dos novos estatutos das carreiras do ensino superior;

- Aprovação de orçamentos para 2010 que invertam o desinvestimento no ensino superior público que se acentuou nos últimos anos;

- Negociação e aprovação da revisão do Estatuto da Carreira da Investigação Científica;

- Aprovação, nas instituições do ensino superior público, de sistemas de avaliação dos docentes que sejam transparentes, justos e idóneos, em processos largamente participados e com a audição, não apenas formal, das organizações sindicais.

III. AO LONGO DO ANO LECTIVO

- Início do processo de revisão do actual modelo de gestão escolar, visando a sua democratização;

- Revisão do regime de Educação Especial, incluindo o que respeita à Intervenção Precoce, deixando a CIF de ser o único instrumento colocado à disposição das escolas para efeitos de diagnóstico das situações que revelam necessidade de apoio e reorganizando toda a rede de atendimento a alunos com necessidades educativas especiais, de modo a pôr fim à segregação promovida pelo Decreto-Lei n.º 3/2008;

- Revogação do processo de municipalização de todo o Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar, a que mais de 2/3 dos municípios não aderiu e início de um processo participado de reflexão, visando a transferência de competências, preferencialmente para as escolas/agrupamentos, mas identificando os âmbitos em que tal deverá acontecer e os recursos que as deverão acompanhar;

- Abolição do calendário escolar específico para a educação pré-escolar que penaliza a actividade lectiva desenvolvida com as crianças, prolon-

gando-a em cerca de mais 30 dias, inviabilizando a necessária articulação com o 1º CEB prevista na legislação e impedindo a participação dos educadores de infância em idênticos espaços de discussão, avaliação e reflexão de que dispõem os docentes dos ensinos básico e secundário;

- Exigência de que o ME reconheça, para todos os efeitos, o tempo de serviço prestado em creche pelos educadores de infância;

- Aprovação de um modelo de resposta social para a Escola Pública, no quadro de uma componente de efectivo apoio à família a prestar no Ensino Básico, tendo por referência o que já existe nos estabelecimentos públicos de Educação Pré-Escolar;

- Substituição do actual modelo de actividades de enriquecimento curricular (AEC) no 1º CEB (que está a pôr em causa o normal funcionamento das escolas e a prejudicar as actividades curriculares) por outro em que as AEC



Solidariedade com as acções desenvolvidas pelo SPRA e pelo SPM

A FENPROF reconhece que os Sindicatos dos Professores da Madeira (SPM) e da Região Açores (SPRA) exercem a sua acção político-sindical num quadro de dificuldade específica que advém da circunstância de terem como interlocutores na política educativa, não apenas o Governo da República, mas também os órgãos de Governo próprios das duas regiões autónomas.

Nesta perspectiva, a FENPROF empenha-se e solidariza-se com as acções que promovam e favoreçam a resolução das questões consideradas específicas pelas respectivas estruturas sindicais e que constam dos seus dossiers educativos e reivindicativos.

Com a intenção de atingir estes objectivos, a FENPROF estará disponível, como sempre esteve, para construir espaços de convergência na acção e assumir posições de consenso com outras organizações sindicais de professores, no sentido de reforçar a unidade dos docentes e dar consistência às suas lutas.

Da Resolução aprovada pelo Conselho Nacional da FENPROF, Lisboa, 7/11/2009

→ sejam, como refere o Decreto-Lei n.º 6/2001, actividades lúdicas e culturais e em que estas decorram depois das actividades lectivas; a língua estrangeira deverá ser incluída no currículo,

- Revisão dos actuais regimes de formação de professores e educadores - inicial, contínua e especializada - no sentido da sua requalificação;

- Alteração do regime de financiamento do Ensino Superior Público, no quadro de uma revisão mais geral do Regime Jurídico daquelas instituições, garantindo um financiamento de base suficiente para assegurar a qualidade do seu funcionamento e a não discriminação das instituições em função da sua natureza jurídica;

- Aprovação do diploma sobre o regime dos docentes do Ensino Superior Particular e Cooperativo, previsto no RJIES, de forma negociada com os Sindicatos, com vista à garantia de condições de carreira e de estabilidade de emprego;

- Aprovação e efectivo cumprimento de um calendário relativo à avaliação e financiamento das unidades de investigação, bem como à apresentação de projectos, sua avaliação e financiamento, que permitam um sustentável crescimento da actividade de investigação científica.

IV. AO LONGO DA LEGISLATURA

Coloca-se um desafio extremamente exigente ao novo Governo e aos parceiros educativos: a criação de condições que contribuam para o êxito do alargamento da escolaridade obrigatória. Tal passa pela redução dos níveis de abandono e insucesso escolar e deverá orientar-se no sentido do aumento real dos níveis de qualificação dos portugueses. Nesse sentido, há que garantir:

- Um reforço real da Acção Social Escolar, incluindo um forte apoio à aquisição de manuais escolares, que

Envolvimento na acção e luta do movimento sindical mais geral

Os professores não estão isolados!

A FENPROF, pela voz do Conselho Nacional, reafirmou “a sua disponibilidade e vontade para manter os níveis indispensáveis de envolvimento na acção e luta do movimento sindical mais geral”.

“Nesse sentido, envolver-se-á, no âmbito da **Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública**, na defesa da **Proposta Reivindicativa Comum para 2010** (ver outra peça nesta edição), bem como da CGTP-IN, na defesa do emprego e da valorização dos salários, no combate aos aspectos mais negativos e gravosos do Código de Trabalho, pelo alargamento da protecção no desemprego, pela revogação do chamado - factor de sustentabilidade -, pela alteração das regras de actualização das pensões e prestações e pela defesa de serviços públicos de qualidade.”



deverão tornar-se gratuitos;

- A reorganização dos currículos dos ensinos básico e secundário e a revisão dos respectivos regimes de avaliação dos alunos;

- A efectiva garantia de universalização da oferta da Educação Pré-Escolar, visando, no prazo da legislatura, a criação de condições para a obrigatoriedade de frequência no ano que antecede a entrada no Ensino Básico;

- A valorização das vias profissional, tecnológica e artística, às quais deverá ser conferida igual dignidade à que se reconhece à científico-humanística;

- O apoio efectivo à consolidação daquelas vias, através da alteração dos seus regimes de organização e financiamento, da abertura de lugares de quadro nas escolas públicas e da negociação de um Contrato Colectivo de Trabalho para os docentes das escolas profissionais;

- O cumprimento efectivo da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar e da sua regulamentação, no que respeita à equiparação dos educadores de infância que exercem funções em IPSS aos seus colegas do ensino particular e cooperativo, através da negociação com os sindicatos, mas também da intervenção fiscalizadora do ME sobre a aplicação do financiamento concedido às instituições;

- A reorganização dos CNO, de forma a que seja garantida a qualidade educativa e de que a mais certificação corresponda mais qualificação;

- A criação de condições para a existência de representantes de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho em todas as escolas/agrupamentos, como mais uma forma de melhorar as condições de trabalho, físicas e psíquicas, nomeadamente na prevenção de situações de indisciplina e violência;

→

■ A avaliação dos efeitos da aplicação do Processo de Bolonha e a aprovação de medidas que corrijam as suas consequências negativas, de modo a contribuir para o aumento da democratização do acesso e da frequência do Ensino Superior, bem como da sua qualidade e relevância social;

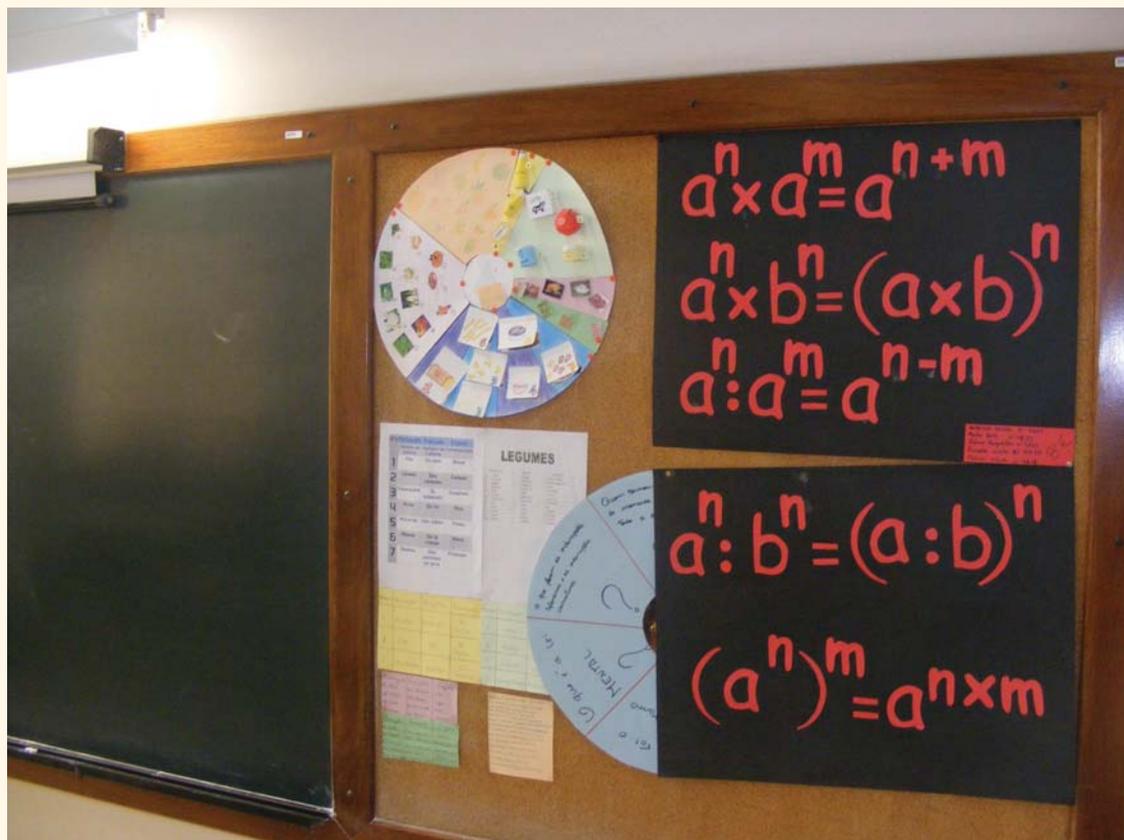
■ A efectiva concretização dos concursos necessários ao preenchimento dos lugares de professor de carreira, no cumprimento do estabelecido nos estatutos das carreiras docentes do ensino superior;

■ O alargamento significativo dos lugares de investigadores, em particular, no que respeita a postos permanentes de carreira.

Regras de vinculação

“Num quadro de alargamento e aprofundamento da capacidade de resposta da Escola Pública e, ao mesmo tempo, servindo critérios de elementar justiça para com milhares de profissionais, reclama-se que seja posto fim ao crescente caminho de precarização do trabalho docente, opção evidenciada quer pelo agravamento das condições contratuais em que um número crescente de professores e educadores é obrigado a trabalhar, quer pelo resultado do recente concurso externo em que apenas um escassíssimo número de docentes entrou em quadro, não obstante as vastas necessidades do sistema, bem patentes no volumoso recurso a contratações que logo de seguida se iniciou”, sublinha a resolução aprovada pelos conselheiros nacionais da FENPROF, em 7 de Novembro.

“É, assim, justa e urgente a criação



de **regras de vinculação que se apliquem aos professores**, pelo menos, em termos equivalentes ao que a Lei dispõe para a generalidade dos trabalhadores; é imprescindível uma correcta identificação das necessidades permanentes das escolas e do sistema que, de seguida, se traduza na opção por trabalho digno, estável e com direitos; com o objectivo de começar a corrigir muitas destas situações, é indispensável que ainda no corrente ano lectivo se realize um novo concurso de professores para ingresso nos quadros das escolas e agrupamentos”, observa o CN.

Docentes contratados

“Combatendo, no imediato, as degradadas condições remuneratórias em que milhares de docentes contratados estão a prestar funções, a FENPROF reitera a reivindicação de que seja aplicado a todos eles o índice 167, índice de ingresso na carreira”, destaca ainda a resolução aprovada pelo Conselho Nacional.

Depois de referir que “para a FENPROF é tempo de devolver às

escolas o clima de tranquilidade e serenidade indispensáveis à sua organização e bom funcionamento, contribuindo, dessa forma, para que melhorem as aprendizagens dos alunos”, a resolução esclarece:

“Perante a disponibilidade e as propostas que a FENPROF apresenta, compete, agora, ao Ministério da Educação e ao Governo demonstrar que estão preparados para este desafio de elevada exigência, deixando claro que se vivem tempos de mudança, não só pela aprovação de medidas que a concretizem, como pela forma de relacionamento com os profissionais docentes e as suas organizações sindicais. Declarações de intransigência e inflexibilidade por parte do Governo não contribuem nesse sentido. Está criado um novo quadro político que resulta da vontade expressa dos portugueses e obriga o Governo a estar disponível para um profundo e consequente diálogo social e político.”

O plenário do Conselho Nacional, que decorreu no auditório da sede do SPGL/FENPROF, foi dirigido pelo presidente deste órgão, Mário David Soares.♦

Projecto de Decreto Legislativo Regional, proposto pelo PPM, que suspende o processo de avaliação do desempenho dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário da Região Autónoma dos Açores

PARECER do SPRA

O Sindicato dos Professores da Região Açores considera essencial, para a pacificação da classe docente e para a tranquilidade do funcionamento do sistema educativo regional, que se proceda à revisão do Decreto Regulamentar Regional nº 13/2009/A, de 18 de Agosto. Para o efeito, o SPRA lembra à Comissão de Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que o processo negocial do referido Decreto Regulamentar Regional foi encerrado sem o acordo das organizações sindicais e, posteriormente, alterado em Conselho de Governo, sem as organizações sindicais verem contempladas as suas propostas.

O SPRA, embora considere que a alteração ao modelo de avaliação seja uma medida imperiosa, entende que, por razões procedimentais em curso, a suspensão imediata do processo avaliativo não se revela sensata e coerente.

O SPRA entende, no entanto, que a Assembleia Legislativa Regional deverá recomendar à Secretária Regional da Educação e Formação a reabertura do processo negocial, no sentido de se realizar uma aproximação de posições relativamente às propostas deste sindicato.

O SPRA reitera os princípios defendidos no âmbito do processo negocial:

1. Avaliação essencialmente formativa;

2. Desburocratização e simplificação dos procedimentos avaliativos;

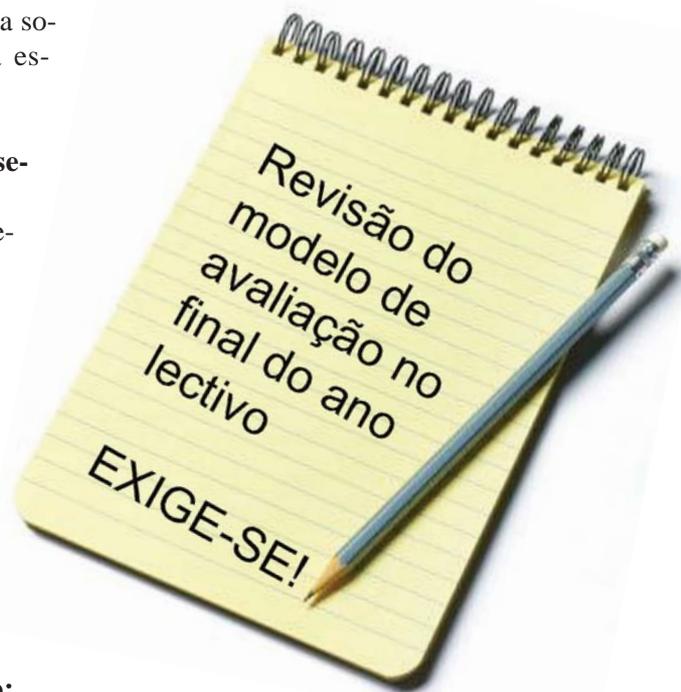
3. Avaliação classificativa somente no final de cada escalão;

4. Despenalização das seguintes licenças:

- licença parental complementar alargada;
- licença parental com trabalho a tempo parcial;
- licença parental alargada e de trabalho a tempo parcial alternadamente;

5. Despenalização das seguintes faltas legalmente equiparadas a prestação efectiva de serviço:

- assistência a membro do agregado familiar;
- assistência a maiores de 12/13 anos;
- reabilitação profissional;
- por conta do período de férias, desde que à actividade lectiva;
- ao abrigo do estatuto de trabalhador-estudante (para além das 5 horas semanais);
- tratamento ambulatorio, consultas e exames de diagnóstico do próprio e de familiares;
- isolamento profilático;
- tuberculose;
- bolseiro ou equiparado;
- doação de sangue e socorrismo;
- assistência a netos, até 30 dias a seguir ao nascimento, de filhos com menos de 16 anos;
- cumprimento de obrigações legais;
- motivos não imputáveis ao professor;
- acidente em serviço /doença profissional (para além dos 30 dias por doença);
- prestação de provas de concurso



- público;
- participação em Órgãos de Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino;
- actividade decorrente de pertencer a associação de pais.

6. Observação de aulas exclusivamente para efeitos de classificações superiores a Bom ou em caso de indícios de más práticas pedagógicas;

7. Eliminação dos efeitos dos resultados escolares dos alunos na avaliação do desempenho docente.

O SPRA considera que, apesar de este modelo estar em fase de experimentação, deverá iniciar-se a sua revisão no final deste ano lectivo, coincidindo com o termo do mandato das Comissões de Acompanhamento.♦

Apreciação da CGTP-IN/AÇORES ao Plano Regional Anual 2010 para a Região Autónoma dos Açores

Coragem precisa-se!



O Plano Regional Anual dos Açores para 2010, documento recentemente aprovado no parlamento regional, em Ponta Delgada, deixou na gaveta a política salarial. O alerta é da CGTP-IN/Açores, num extenso parecer sobre aquele plano oficial. Deveriam ter sido “fornecidos elementos, pelo documento em análise, sobre a evolução recente das políticas salariais e de repartição do rendimento na Região”, regista a Central sindical, também muito preocupada com a situação do desemprego. Mas a análise crítica, sempre acompanhada de propostas construtivas por parte da Inter, não fica por aí... Como pano de fundo, a leitura sindical do Plano deixa uma mensagem ao poder regional: ambição – leia-se coragem política - precisa-se!

O documento aprovado pelos deputados da Região analisa os principais aspectos da situação económica e social da Região e desenvolve as políticas sectoriais para 2010, em termos dos objectivos e das áreas de intervenção das políticas públicas e do investimento público.

Na abordagem da economia internacional e da economia europeia, a Central começa por chamar a atenção para estes aspectos:

No Plano para 2010, referem-se estimativas (projeções do FMI) para o crescimento anual da produção mundial na ordem dos 2,5%, em 2010, com a Zona Euro a ter um desempenho bem mais modesto e ainda negativo de -0,3%.

Existem ainda fortes incertezas sobre os níveis de recuperação económica e a correcção dos desequilíbrios macro-económicos nos EUA, que continuam a ser referenciados como os principais riscos associados a essas previsões.

Ao nível europeu (previsões da Comissão Europeia), as estimativas

mais recentes para o crescimento económico, em 2009, na Zona Euro e na União Europeia a 27 rondam os -4% e os níveis de inflação previstos rondam os 0,4%.

A China continua a contribuir favoravelmente para o crescimento →

À atenção do Governo Regional

A defesa dos postos de trabalho a fim de travar os encerramentos de empresas e as deslocalizações; a modernização das estruturas produtivas com aproveitamento dos recursos e valorizações das produções nacionais; a valorização das políticas industriais, o reforço do investimento público e privado e o fim de uma política de privatizações, quer no âmbito empresarial, quer na Administração Pública, são políticas indispensáveis que o Governo deveria incentivar.

mundial, já que, nos anos de 2009 e 2010, as estimativas de crescimento da produção rondam valores na ordem dos 7,5% e 8,5%, respectivamente.

“Em Agosto de 2009, os dados da Comissão Europeia indicavam uma taxa de desemprego, na Zona Euro de 9,6%, muito similar à verificada em Portugal (9,1%), evidenciando níveis bem gravosos de desemprego e que não eram verificáveis há mais de uma década”, alerta a tomada de posição sindical.

A economia nacional

A CGTP-IN/Açores, lê-se no parecer recentemente divulgado, está convicta de que o problema do País tem sido a incapacidade do Governo para definir e concretizar uma estratégia de desenvolvimento. É necessário definir prioridades, tendo em conta a difícil situação que o país atravessa, para depois atribuir recursos financeiros necessários para alcançar os objectivos previstos.

Mais: a CGTP-IN/Açores tem, desde há muito, apresentado propostas concretas para uma política de desenvolvimento. Assegurar um crescimento económico significativo é essencial, designadamente para assegurar níveis elevados de emprego, mesmo que não seja só por si suficiente para assegurar o desenvolvimento económico e social do país. Porém, a economia apresentou crescimentos muito fracos nos últimos 10 anos, que nos fizeram divergir da média europeia. Aguarda-se, com



→ alguma expectativa, a proposta de OE para 2010, em particular se haverá mudança de políticas que invertam este movimento de divergência do país com a União Europeia.

No entender da CGTP-IN/Açores, o Orçamento de Estado (OE) deveria responder com medidas de mobilização de recursos e de vontades que suportem políticas de investimento capazes de produzir as mudanças necessárias no país. Dar prioridade ao tecido produtivo, ao emprego e salários, dinamizar a contratação colectiva e valorizar os direitos dos trabalhadores e concretizar políticas sociais avançadas que reduzam as desigualdades sociais devem constituir as bases para um crescimento sustentado e para a elevação da produtividade.

“A defesa dos postos de trabalho, a fim de travar os encerramentos de empresas e as deslocalizações; a modernização das estruturas produtivas, com aproveitamento dos recursos e valorizações das produções nacionais; a valorização das políticas industriais; o reforço do investimento público e privado e o fim de uma política de privatizações, quer no âmbito empresarial, quer na Administração Pública, são políticas indispensáveis que o Governo deveria incentivar”, realça a CGTP-IN.

A situação específica da Região

O Plano Regional Anual da Região Autónoma dos Açores para 2010 mantém o quadro de referência das Orientações de Médio Prazo 2009-2012, aprovadas este ano, pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Assim, os cinco grandes objectivos estratégicos a médio prazo são:

i) Melhorar as qualificações e as competências dos Açorianos (políticas da Educação e Formação, da Cultura, da Juventude e da Qualificação Profissional);

ii) Promover o crescimento sustentado da economia (políticas



São urgentes medidas enérgicas

Há que incentivar o crescimento económico e resolver o grave problema do desemprego na Região

A CGTP-IN/Açores tem manifestado a sua crítica relativa à ausência, no Plano Regional Anual da Região Autónoma dos Açores, do balanço sobre o nível de cumprimento dos objectivos e das acções realizadas no ano anterior.



Esta falta de informação contribui para tornar menos transparente e menos controlável pelos parceiros a execução do Plano e, sobretudo, sem se saber “onde estamos”, fica enfraquecida a nossa capacidade de participação que todos desejam mais qualificada e pertinente. É uma situação lamentável que importa, ainda, acautelada na versão final da Proposta.

Este esforço deveria ser seriamente empreendido com vista, a possibilitar às entidades representadas no Conselho Regional de Concertação Estratégica a emissão de parecer mais fundamentado e mais adequado à realidade e às necessidades da Região Autónoma dos Açores.

Isso contribuiria não apenas para uma maior capacitação dos parceiros sociais e do próprio Governo Regional na identificação das debilidades, mas, sobretudo, propiciaria um diálogo mais profundo e enriquecedor sobre as medidas de política capazes de potenciarem um maior desenvolvimento económico e social dos Açores.

Ainda assim, a CGTP-IN/Açores sublinha os resultados relativos alcançados na Região, em termos de aproximação do PIB *per capita* dos Açores com o da média nacional (89%, em 2007, último ano em que se dispõe de dados).

Ainda que os Açores detenham uma das taxas mais baixas de desemprego do país (5,5%, em 2008), é um facto que se tem assistido, a partir de 2001, a uma subida gradual da taxa de desemprego (de 2,3%, em 2001, para 5,5% em 2008), situação com a qual a CGTP-IN/Açores não pode deixar de expressar a sua preocupação e reclamar medidas que invertam esta tendência. De acordo com os dados constantes no documento do Governo, o desemprego aumentou, em 2008, em 31,5%, face ao ano anterior, o que significou que este flagelo social veio afectar, nos Açores, mais de 1500 pessoas.

O quadro de crise económica e financeira, em 2009, e o desfasamento temporal existente entre a retoma do crescimento económico e a recuperação dos níveis de emprego deixam supor que a situação social actual seja bem mais grave e que o desemprego deverá continuar a agravar-se, pelo menos, até finais de 2010. A CGTP-IN/Açores exige, por isso, medidas enérgicas da parte do Governo para incentivar o crescimento económico e resolver o grave problema do desemprego na Região.◆

→ orientadas para a competitividade da economia regional, articuladas com a Agenda de Lisboa, revistas na base das políticas sectoriais para a Agricultura e Floresta, Pescas, Indústria, Comércio e Exportação, Investigação e Desenvolvimento, Inovação e Apoio Financeiro ao Investimento Privado);

iii) Reforçar a solidariedade e a coesão social (no quadro da eficiência dos sistemas e serviços públicos de apoio e protecção social e de intervenções minimizadoras do impacto da crise externa);

iv) Gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental (políticas de dotação do território em infra-estruturas de base e de preservação do equilíbrio ambiental, designadamente, quanto ao Ordenamento, Sistemas de Informação, Prevenção de Riscos e Protecção Civil, Ambiente e Recursos Naturais, Eficiência Energética e Acessibilidades);

v) Qualificar a gestão pública e a cooperação (políticas de modernização administrativa, de programação, de financiamento Público e de apoio financeiro às empresas para a coesão e cooperação externa).

Tendo em atenção os efeitos negativos da conjuntura internacional, o Governo estabelece que “no próximo período anual dar-se-á especial prioridade às políticas que fomentem o emprego na Região, despistando, assim, situações indesejáveis de elevada desocupação involuntária dos activos, que possam originar exclusão social e menos recursos para as famílias e que as medidas serão complementadas com o reforço de acções de formação e qualificação profissional”.

Ainda que a CGTP-IN/Açores valorize este compromisso e considere positiva esta intenção, a verdade é que não se vislumbra um plano integrado que considere as medidas a tomar e as metas a atingir no final de 2010, em particular, no que respeita ao emprego e desemprego e ao nível de vida dos trabalhadores e da população açoriana, em geral, observa a Central.

Falta de ambição

A CGTP-IN/Açores retoma as críticas já manifestadas, tanto no que respeita à fraca ambição do Governo em algumas áreas como na ausência de metas que melhor pudessem concentrar os esforços do Governo no desenvolvimento económico e social e avaliar os respectivos níveis de cumprimento.

De facto, as *Orientações de Médio Prazo 2009-2012* referem, designadamente, o nível de escolaridade completo da população activa com ensino secundário (de 13,6%, em 2007, para 15 -17%, em 2012), o nível de redução dos beneficiários de RSI (de 17 mil indivíduos, em 2007, para 14-15 mil, em 2012), a valorização do pescado em lota com exclusão dos tuni-deos (de 4,9 €/kg, em 2007, para 6-7 €/kg, em 2012), e mesmo a proporção de resíduos urbanos recolhidos selectivamente (de 6,5%, em 2005, para 15-20%, em 2012).

Ainda que estas expectativas quanto às metas a alcançar se revelem modestas, considera a CGTP-IN/Açores que estas deveriam ser anualizadas, em particular, para o ano de 2010, tanto mais que as perspectivas económicas e sociais se alteraram significativamente.

No que respeita a metas que deveriam ser incluídas no documento, assinalem-se, em particular, os níveis da população empregada e população desempregada^[1], o crescimento do PIB e o nível do PIB *per capita*, os indicadores de desigualdade na distribuição de rendimento, de pobreza, de saúde, de educação e formação profissional, de produtividade da economia, da proporção de energias renováveis, de poder de compra dos trabalhadores, das condições de trabalho, do acesso a serviços públicos. Estes indicadores não constavam das

Orientações de Médio Prazo e continuam a não merecer qualquer referência no Plano Regional Anual da Região Autónoma dos Açores para 2010.

Profundas preocupações do movimento sindical

Tendo em conta o agravamento das dificuldades económicas e sociais, a CGTP-IN/Açores manifesta a sua profunda preocupação pelas repercussões que ainda incidirão sobre a situação económica e social da RAA e recomenda ao Governo que concentre, nos primeiros anos, o esforço de investimento, considerado para toda a



legislatura, que no período de 2009 a 2012 ascende a 3 218 milhões de euros.

Ainda que a dotação do Plano para 2010 seja de 814,5 milhões de euros^[2], a CGTP-IN/Açores recomenda uma maior concentração do esforço de investimento em 2010, para minimizar e prevenir os efeitos da crise económica e financeira na Região Autónoma dos Açores. Aliás, a CGTP-IN/Açores regista o facto de não existir qualquer informação no documento do Governo sobre o nível de investimento efectuado no decurso do corrente ano de 2009, situação que é, no mínimo, lamentável e que importa colmatar.

As medidas de políticas sectoriais, constantes no Plano para 2010, inserem-se na continuidade do que tem sido feito nos anos anteriores, comenta a *Inter*.

→ No essencial, mantém-se o equilíbrio na afectação de fundos pelas várias áreas, esclarece o documento sindical, que acrescenta:

“Tal como em anos anteriores, não se referem quaisquer aspectos quanto à política salarial para 2010. Esta matéria deveria ser referenciada no Plano Regional Anual da Região Autónoma dos Açores para 2010. Por outro lado, seria de toda a conveniência serem fornecidos elementos, pelo documento em análise, sobre a evolução recente das políticas salariais e de repartição do rendimento na Região.”

**Fundos comunitários:
taxas de execução
extraordinariamente baixas**

A CGTP-IN/Açores, recorde-se, tem sublinhado a importância do acompanhamento do Quadro de Ajudas da União Europeia, em colaboração com o Governo da República. O facto é que estamos a praticamente metade do período de vigência do actual Quadro Comunitário e continuam a registar-se taxas de execução extraordinariamente baixas dos fundos comunitários, ainda que a situação dos Açores seja relativamente menos negativa quando comparada com a situação existente no conjunto do país.

Neste quadro, conclui a CGTP-IN/Açores, teria toda a justificação que o Governo Regional reforçasse as acções específicas junto dos agentes económicos, sociais e institucionais, para potenciar maior rapidez na utilização máxima dos fundos disponíveis para o desenvolvimento económico e social da Região.

A concluir, a Central destaca que seria de toda a conveniência o reforço da eficácia do acompanhamento da execução, de forma a tornar possíveis eventuais alterações, para se conseguir maximizar o impacte positivo dos fundos comunitários na Região dos Açores, em proveito da economia regional e dos Açorianos.◆

JPO

⁽¹⁾Apenas se refere que a população activa passará de 112 mil indivíduos, em 2007, para 119-120 mil indivíduos, em 2012.

⁽²⁾Dos quais 515,4 milhões de euros são da responsabilidade do Governo Regional e o restante proveniente de outros fundos.

Discurso Directo

“A Pobreza em Portugal é uma vergonha”



Fernando Nobre, fundador e presidente da AMI, quebrou o politicamente correcto que marcou o debate de dois dias no 3º Congresso da Ordem dos Economistas sobre a Nova Ordem Económica (realizado em Outubro passado) (...).

“É uma vergonha a pobreza que temos em Portugal”. “Não me falem dos problemas de aumento do salário mínimo. **Quem é que aqui nesta sala consegue viver com 450 euros?**”. “Não me venham com *cirurgias plásticas para as mudanças que vão acontecer no mundo*. Nós, os cidadãos, não as vamos aceitar”, foram algumas das frases que deixaram aos economistas presentes.

Nobre, que também é médico e professor, interveio num painel que abordou o papel das organizações não governamentais (ONG) na nova ordem económica mundial, defendendo que além do seu papel no apoio à sociedade e de compensação por falhas dos governos, as ONG têm um papel essencial na denuncia de injustiças e desequilíbrios, e na pressão para que o mundo possa mudar. E foi isso mesmo que fez.

Temos uma pobreza estrutural no nosso País acima dos 40%

O presidente da AMI diz que “em Portugal, é preciso redistribuir melhor a riqueza” e que “há dezenas, senão centenas de milhares de jovens a sair de Portugal porque perderam a esperança”. Inconformado, disse que “combater a pobreza é uma causa nacional” e salientou: “Não me venham com os 18% de taxa de pobreza, porque se somássemos os que recebem o rendimento social de inserção, os que recebem o complemento solidário para idosos, os que recebem o subsídio disto, e o subsídio daquilo, temos uma pobreza estrutural no nosso país acima dos 40%”. “Não aceito esta vergonha no nosso país”

O nível de desemprego, as baixas reformas, a precariedade dos contratos de trabalho foram outras áreas que lamentou.

Os empresários também não foram poupados. “Quando vejo a CIP a defender que o Salário Mínimo Nacional não aumente, não posso concordar. Que país queremos? Quantos de nós aqui conseguiriam viver com 450 euros por mês?”, perguntou à audiência, deixando depois um repto aos empresários: “Peço aos empresários para serem inovadores, para se abrirem ao mundo, para serem empreendedores”.

“É o momento de repensar que mundo queremos” e, recorrendo à frieza com que os médicos olham para a vida, afirmou: “eu sei como vou morrer, sei como todos aqui vão morrer. E não é nessa altura, não é quando começarem a sentir a urina quente a correr pelas coxas, que vale a pena repensar a nova ordem económica mundial. É agora”. As futuras gerações não vão perdoar, diz.

Sobre o estado das economias, salientou que não é economista, mas alertou para os riscos que pendem sobre as economias e que os economistas presentes não abordaram: o risco de um *crash* obrigatorista, a falência de fundos de pensões pelo mundo, os milhões investidos em produtos derivados. “Não é razão para cedermos a paranóias, mas é preciso questionar se as economias capitalistas estarão à altura do desafio”, disse, acrescentando: “É precisa prudência, bom senso e cuidados com os cantos da sereia”.

Temos de mudar as regras

E voltando aos seus conhecimentos médicos, terminou assim: “Perante uma hérnia estrangulada, um médico só pode fazer uma coisa: operar imediatamente.

Ora a hérnia já está estrangulada [na ordem económica mundial]: nós temos que operar, temos de mudar as regras, os instrumentos.

“É preciso bom senso, acção, determinação política”, disse.◆

Aprovada em Cimeira

Recuperação do poder de compra perdido em foco na Proposta Reivindicativa Comum da Administração Pública

A recuperação gradual do poder de compra perdido pelos trabalhadores e aposentados da Administração Pública, desde 2000, é preocupação saliente da *Proposta Reivindicativa Comum* aprovada em Cimeira realizada em Lisboa, no passado dia 20 de Novembro, pelas organizações sindicais que integram a Frente Comum (FC), onde participam o SPRA e os outros Sindicatos da FENPROF

Eliminar a insegurança e o arbítrio na Administração Pública, como impõe a Constituição da República, introduzindo regras claras que permitam aos trabalhadores desenvolver a sua actividade profissional com segurança, é prioridade para as organizações representativas dos trabalhadores do Estado.

Afirmar uma Administração Pública eficiente e prestigiada, que garanta a prestação de serviços públicos de qualidade, é reivindicação central da Frente Comum.

Corrigir graves injustiças

No documento aprovado em Lisboa, os sindicalistas da Administração Pública destacam que é necessário “corrigir as graves injustiças” que têm atingido os trabalhadores do sector, em particular, nos últimos anos, reflexo da legislação aprovada.

Na perspectiva da FC, há que dinamizar “o combate aos diplomas legais da chamada *Reforma da Administração Pública*, que representa um ataque ao Estado de direito democrático e aos direitos sociais e laborais e, no presente quadro, lutar pela alteração a essa legislação, que retirou direitos fundamentais”.

Acção Nacional de Luta no início do novo ano?

No seguimento de uma proposta do Secretariado da Frente Comum, considerou-se que o desenvolvimento de um processo de luta em torno destas questões poderá ser inevitável,

Tabela salarial e restantes prestações pecuniárias

Os Sindicatos da Frente Comum apresentam ao Governo a seguinte Proposta Reivindicativa Comum para 2010:

1. Aumento de 4,5% da Tabela Remuneratória Única e das pensões, com uma subida mínima de 50 euros; (A actualização das remunerações dos trabalhadores dos serviços periféricos externos será corrigida tendo em conta as inflações locais e as respectivas variações cambiais)
2. Actualização do Subsídio de Refeição para • 6,50;
3. A mudança para a posição remuneratória seguinte à imediatamente superior ocorrerá sempre que o valor da diferença entre aquela em que o trabalhador se encontra e a imediata for igual ou inferior a 38 euros;
4. Actualização dos escalões do IRS em 4,5%;
5. Dedução, em sede de IRS, das despesas com formação profissional e equipamento para o exercício de funções;
6. Actualização das comparticipações da ADSE em 10%;
7. Regulamentação e aplicação de todos os suplementos remuneratórios, designadamente do suplemento de risco, penosidade e insalubridade, dando cumprimento a compromissos assumidos pelo Governo e a decisões da Assembleia da República;
8. Afectação e cativação de verbas, no orçamento de cada serviço, que garantam que todos os trabalhadores que preencham os requisitos para mudarem de posicionamento remuneratório não fiquem dependentes, nem de cabimentação orçamental, nem da arbitrariedade das hierarquias.

(Da Proposta Reivindicativa Comum para 2010)

tendo em conta que, a manter-se o que tem sido anunciado pelo Governo Sócrates, 2010 poderá ser um ano de novo agravamento das condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública e das suas famílias.

Nesse sentido, foi tomada a decisão de convocar um plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais, na primeira semana útil de Janeiro. A Cimeira apontou a necessidade de colocar à discussão, entre os trabalhadores, a realização de uma Acção

Nacional de Luta, em moldes a definir, em princípio, na segunda quinzena de Janeiro próximo, altura previsível da discussão do Orçamento de Estado, na Assembleia da República.

No fecho desta edição estava confirmada a realização de uma reunião da Coordenadora da Frente Comum, a fim de ser aprovada a data e a jornada de luta a realizar, defendendo-se, no imediato, como fundamental, o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho. ♦ JPO

25 de Novembro, uma data para recordar todo o ano

Dia Internacional para a Erradicação da Violência sobre as Mulheres

Depoimento do MDM (Movimento Democrático de Mulheres)

Assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Violência sobre as Mulheres é da maior actualidade, dado que, não obstante a igualdade formal entre homens e mulheres, a verdade é que as mulheres, em pleno séc. XXI, continuam a ser alvo de profundas discriminações e sujeitas aos mais variados tipos de violência, desde a violência psicológica à física e sexual. Apesar da intensa propaganda, as medidas legislativas e os planos adoptados têm tido um reflexo muito tímido na vida das mulheres, que hoje vivem pior, sendo públicos os casos de crescente violência em pares cada vez mais jovens, dentro e fora do casamento.



A violência doméstica é hoje um fenómeno mais público, mas, também, mais intenso, dado o agravar da situação económica e social do país. Apesar de ser extensivo a todas as classes sociais, a verdade é que são as mulheres com menor capacidade económica as mais atingidas. Cerca de 40% das mulheres vítimas de violência doméstica não auferem nenhum tipo de rendimento.

A emergência da violência e a crueldade com que é praticada entre pares jovens em fase de namoro exige da sociedade e do Governo um outro olhar no combate aos estereótipos, às causas da violência e à educação para a sexualidade e para os afectos. O MDM, já em 2006, alertou para esta realidade emergente, produzindo materiais pedagógicos e realizando acções de educação não formal nas escolas, no sentido de contribuir para a prevenção deste fenómeno, continuando a fazê-lo no desempenho da sua actividade mobilizadora das mulheres para a defesa da sua auto-estima e luta emancipadora.

O papel do Estado

Considera, no entanto, o MDM que é urgente que o Estado assuma o seu papel,

intervindo directamente junto dos estudantes e implementando urgentemente a educação sexual nas escolas, visando introduzir o respeito mútuo e o reconhecimento do valor dos afectos e da autonomia dos indivíduos, bem como o respeito pelo lugar das mulheres na sociedade e o combate a todas as violências sobre as mulheres.

Também nos locais de trabalho as mulheres são as maiores vítimas do assédio moral e sexual, continuam a ser discriminadas nos salários, estão sujeitas a duras condições de trabalho e a horários que tornam impossível a conciliação entre a vida familiar e laboral e impedem claramente o exercício da sua cidadania através da sua participação na vida pública, nomeadamente na vida política. As mulheres são as primeiras a ser despedidas e as últimas a ser contratadas; são as que mais sofrem com a precariedade laboral, situação esta que se agrava no actual contexto de crise económica e social e com a publicação do Código do Trabalho.

Eliminar todos os tipos de violência

O MDM não pode ainda deixar de referir

a prostituição como um dos mais graves atentados contra a dignidade humana e uma situação de extrema violência e humilhação. Falar de prostituição é falar de violação de direitos humanos, é falar de uma forma de escravatura existente nos séc. XXI, que exige a tomada urgente de medidas que a combatam.

Assinalar o Dia Internacional para a Erradicação da Violência sobre as Mulheres implica reivindicar a necessidade de programas e acções eficazes com vista à eliminação de todos os tipos de violência.

Por isso, o Movimento Democrático das Mulheres implica-se nesta batalha pelos direitos das mulheres como direitos humanos e responsabiliza o Estado pelas políticas que assegurem o acesso à saúde, à justiça, o combate ao desemprego e aos baixos salários, o acompanhamento às vítimas de violência, o alargamento da rede pública de *casas-abrigo*, a garantia de efectivação dos direitos de maternidade, a valorização do estatuto económico, social e político das mulheres, transformando, assim, a vida das mulheres portuguesas de forma a que se reconheça a sua dignidade em todas as esferas da vida e se dêem passos significativos no caminho da igualdade de facto.♦

Código dos Regimes Contributivos

CGTP-IN manifesta preocupações em defesa do sistema de Segurança Social e o seu necessário Progresso

A Assembleia da República decidiu suspender, durante um ano, a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos da Segurança Social, que iria processar-se em 1 de Janeiro de 2010. A entrada em vigor da parte do Código referente à adequação das taxas contributivas à modalidade de *contrato de trabalho* também já tinha sido adiada, constituindo essa matéria o principal conteúdo que levou a CGTP-IN a contestar o Código, na fase da sua discussão, recorda uma nota de Imprensa recentemente divulgada pela Central.

A CGTP-IN espera que a suspensão deste instrumento, que define a relação entre as pessoas singulares ou colectivas e o sistema de segurança social com os seus direitos e deveres, não ponha em causa a defesa do sistema de segurança social pública e o seu necessário progresso, por forma a que se caminhe para uma efectiva universalidade de direitos e deveres.

Entretanto, a *Inter* manifesta algumas preocupações face à decisão da Assembleia da República, dado que a suspensão não é produzida a partir de uma unanimidade de interesses, nem de soluções propostas.

Porque é que a Central se opôs a este Código...

Ao contrário de todos os outros parceiros sociais que apoiaram abertamente o *Código*, para logo de seguida o patronato reclamar a não entrada em vigor da adequação das taxas contributivas e, agora, se regozijar com a suspensão da sua entrada em vigor, a CGTP-IN opôs-se ao Código fundamentalmente por dois motivos:

- *Em primeiro lugar*, pelo facto de o artigo 55.º prever a redução da contribuição a cargo do patronato, salvo algumas excepções, em um ponto percentual, para os trabalhadores com contrato efectivo, pois esta redução representaria uma diminuição de receitas, logo no primeiro ano, na ordem dos 380 milhões de euros, fragilizando o financiamento do regime contributivo. O regime contributivo tem a responsabilidade de substituir os rendimentos do trabalho quando os trabalhadores e outros beneficiários estão perante determinados riscos sociais e se reformam. A CGTP-IN rejeita que a sustentabilidade da segurança social se alicerce sobre a diminuição de direitos, como aconteceu a partir de Janeiro de 2008, com a introdução do factor de sustentabilidade. O que se impõe é discutir outras fontes de financiamento para assegurar o futuro da Segurança Social.

- *Em segundo lugar*, a CGTP-IN sempre considerou que este Código consolida os “falsos recibos verdes” e penaliza ainda mais a generalidade dos trabalhadores precários.

Trabalhadores precários seriam afectados

“A penalização em 3% da taxa contributiva a cargo do patronato, para os contratos a termo, foi evocada pelo Governo como uma medida de combate à precariedade e usada como uma das principais bandeiras para justificar a desastrosa revisão do Código do Trabalho que efectuou, mas, como o próprio patronato já múltiplas vezes afirmou, este agravamento da taxa iria recair sobre os próprios trabalhadores precários, diminuindo o seu salário real”, destaca a nota da CGTP-IN, que vai solicitar reuniões aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, por forma a conhecer melhor os objectivos de cada Grupo e dar a conhecer as suas posições.♦

Jovens à procura do primeiro emprego e trabalhadores precários são os mais vulneráveis à pobreza

A pobreza é um fenómeno que atinge cerca de dois milhões de portugueses, apontam os resultados preliminares de um recente inquérito sobre “Percepções da pobreza em Portugal”, realizado pela *Amnistia Internacional Portugal* em parceria com a Rede Europeia Anti-Pobreza e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.



O estudo foi feito a partir de uma amostra representativa de 1350 pessoas com 18 anos ou mais e de 19 freguesias seleccionadas aleatoriamente em cada região de Portugal. Oitenta e três por cento dos inquiridos para o estudo sustentam que há hoje novos grupos vulneráveis à pobreza, com destaque para os jovens à procura do primeiro emprego.

Hoje há uma percepção generalizada de que a situação laboral torna os indivíduos vulneráveis à pobreza, enquanto há 20 anos essa vulnerabilidade era identificada em grupos minoritários, como as pessoas portadoras de deficiência, as minorias étnicas e os doentes crónicos.

O combate à pobreza passa assim, na opinião dos inquiridos, pela criação de emprego, assim como por investimentos políticos em áreas como a saúde, a educação e a formação profissional.

No que respeita aos sinais de pobreza, os inquiridos para este estudo mencionam, com maior frequência, dados como a inexistência de água, luz eléctrica ou casa de banho. “Podemos dizer que a inexistência de condições mínimas de salubridade continua a ser o indicador de pobreza mais consensual, não havendo ainda menção alargada a formas de pobreza mais modernas”, lê-se no estudo.♦

Opinião

Equívocos

Apresentou o PS/Açores há dias, mesmo antes das suas Jornadas Parlamentares, uma meia proposta a propósito de um suposto regime de incentivos à estabilidade e fixação de pessoal docente e não docente, nomeadamente relativo à área da Educação Especial, na qual a Região é extremamente deficitária. Este ante-projecto de decreto legislativo regional, avançado à comunicação social como quem tira um coelho da cartola, parece ser mais uma medida avulsa com o intuito de tentar estagnar as críticas e reivindicações dos professores, em geral, e dos docentes (especializados ou não) que trabalham com crianças com necessidades educativas especiais, em particular.

Dando de barato o facto de o PS ter apresentado esta proposta à comunicação social em primeiro lugar, não tendo ouvido nem os sindicatos representativos da classe, nem os próprios professores de Educação Especial e outros intervenientes no espaço escolar, como o são os intérpretes e técnicos de língua gestual, psicólogos e terapeutas da fala, não pode o Grupo Parlamentar do PS esquecer que existem já alguns desses supostos incentivos no Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a bonificação de juros bancários em empréstimos para compra ou beneficiação de casa própria, a atribuição de um subsídio de fixação, a prioridade na formação e ainda a bonificação de tempo de serviço, a quem não concorra ao concurso interno durante três anos consecutivos (capítulo XI, art. 90 a 95), e que foram congelados pelo Governo Regional, em 2001, pelo facto de o executivo regional, liderado por César, ter considerado (erradamente)

que não haveria grupos de recrutamento deficitários, como agora parece ter, finalmente, compreendido.

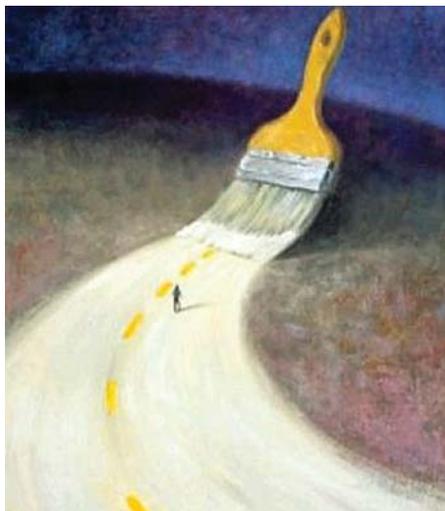
Pese embora este aspecto, não podem os parlamentares socialistas ignorar que existem hoje, na RAA, muitos docentes especializados em Educação Especial que, por estarem obrigados à permanência na mesma escola durante um período de três anos consecutivos poderão, no fim deste intervalo temporal, abandonar este arquipélago, mantendo a Região com a mesma carência de quadros especializados e habilitados para a área da Educação Especial, com a agravante de que, passado este tempo, e podendo ter beneficiado destes e de outros incentivos, levarão consigo o saber, mas também o investimento feito neles pela própria região.

A haver incentivos, com os quais concordo inteiramente, terão de ser postos ao dispor de todos os docentes de Educação Especial e de mais profissionais licenciados, especializados, e não licenciados que já exercem nos Açores, e não apenas aos que virão, porquanto essa situação seria de clara discriminação para os que já prestam serviço nos Açores e que, à falta de tais incentivos, irão, certamente, regressar à sua proveniência.

Em relação à concretização desses e de outros incentivos (como o pagamento de viagens, ou subsídios aos cônjuges), deve ser matéria a ser tida em real conta, não de forma discricionária, mas amplamente discutida e consensualizada, sob pena de continuarmos a prejudicar a escola pública inclusiva.♦

Fernando Marta

<http://umapalavraparaoprogresso.blogspot.com/>



AINDA A TEMPO...



Ciclo de conferências "Educação e Seus Desafios: Perspectivas Actuais"

Universidade de Lisboa
Instituto de Educação

Ciclo de Conferências 2009/2010
Doutoramento em Educação - Avaliação em Educação

**educação e seus desafios:
perspectivas actuais**

António Dias de Figueiredo 20 de Novembro 2009	Javier Murillo 18 de Maio 2010
Denice Bárbara Catani 14 de Janeiro 2010	Romualdo Portela de Oliveira 22 de Abril 2010
Jorge Pinto 11 de Fevereiro 2010	Maria Manuel Vieira 19 de Maio 2010
Maria do Carmo Climaco 20 de Fevereiro 2010	Maria das Dores Guerreiro 27 de Maio 2010

18:30 - 20:00
Inscrição obrigatória e gratuita
<http://www.edu.desafios.le.ul.pt>
edu.desafios@le.ul.pt

Apóio: EDP, FCT

O Ciclo de Conferências "Educação e Seus Desafios: Perspectivas Actuais" é uma iniciativa do Programa de Doutoramento em Avaliação em Educação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. A próxima conferência decorre a 14 de Janeiro, e estará a cargo de Denice Bárbara Catani (Universidade de São Paulo).

As conferências decorrem de Novembro de 2009 a Maio de 2010 e terão lugar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, pelas 18h30. A entrada é gratuita, mas sujeita a inscrição obrigatória. ♦

Iniciativa

Professores Itinerantes da EBI de Capelas em Luta

Desde que se apresentaram na Escola Básica Integrada de Capelas, os Professores que fazem serviço itinerante têm-se sentido injustiçados de uma forma extremamente grave, que não dignifica a prática docente, nem a valorização do professor itinerante. De facto, falamos de cerca de uma dezena de professores das mais variadas áreas (apoio educativo do pré-escolar e 1.º CEB, Inglês, Educação Física), cujos direitos não estão a ser respeitados, nem pelos responsáveis da Unidade Orgânica da EBI de Capelas, nem tão pouco pela Direcção Regional de Educação e Formação. Para nós, Professores itinerantes, parece-nos mais um ataque sem sentido que nos é movido seja pela escola, seja, segundo a escola, pela DREF.

São várias as situações sem sentido que avolumam a nossa indignação relativamente à EBI de Capelas e à DREF. Estes Professores utilizam o seu veículo particular para assegurar o serviço itinerante, que, segundo a legislação em vigor, é da responsabilidade da escola, e que se consubstancia na prática docente em duas, três, ou até mais escolas. Concretamente, somos os únicos funcionários públicos nesta situação: os demais têm um carro de serviço ao seu dispor. Apesar desta situação, não nos escandaliza a utilização de veículo próprio em deslocações por conta da escola, com o inerente desgaste da viatura, de pneus, e de todas as formas de desgaste temporal associadas. O que não podemos aceitar é que a EBI de Capelas, a coberto de legislação que diz ser emanada pela DREF, queira pagar a itinerância a estes profissionais, garantida com o veículo próprio, reiteramos, de uma forma totalmente desproporcional. De facto, ignorando o constante do ECD Regional, bem como o decreto-lei 106/98, que regula a ajuda de custo e pagamento de quilómetros, a EBI de Capelas

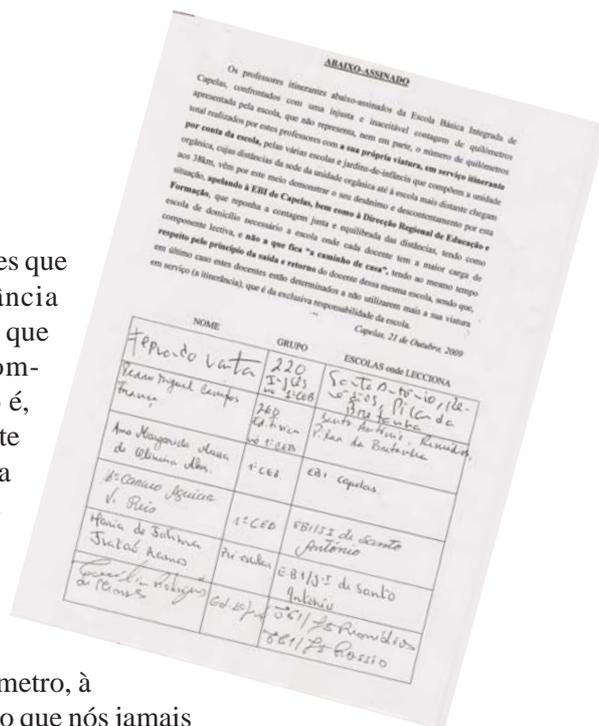
oferece aos Professores que asseguram a itinerância cerca de 1/5 daquilo que estes gastam em combustível por mês. Isto é, descontando o desgaste dos veículos, em cerca de 800 quilómetros mensais, a escola contrapõe com o intransigente pagamento de, mais quilómetro, menos quilómetro, à volta de 166 por mês, o que nós jamais poderemos aceitar.

Assim, foi entregue no dia 13 de Novembro, pelas 16h, um abaixo-assinado no Conselho Executivo da EBI de Capelas, com as assinaturas dos Professores itinerantes afectados por esta situação, bem como com as assinaturas de outros Professores e Coordenadores de Escolas de Primeiro Ciclo da EBI de Capelas, solidários com a nossa luta, sendo que cópia deste abaixo-assinado seguirá no mesmo dia para a Direcção Regional de Educação e Formação.

De igual forma, levaremos o caso à Assembleia Legislativa Regional dos Açores e enviaremos reclamações escritas à DREF acerca desta matéria, bem como exigiremos o pagamento correcto da itinerância, através da via judicial, se necessário, e ponderamos, se as nossas reivindicações não forem tidas em conta, a bem da justiça e da própria Escola Pública, cessarmos a utilização do nosso veículo próprio em proveito da escola, até que o bom senso e o respeito pelos Professores itinerantes sejam, novamente, garantidos.

Da nossa parte, saiba a DREF e a EBI de Capelas, apenas queremos aquilo a que, por lei, temos direito: o pagamento dos quilómetros que, em serviço da escola, fazemos.♦

Capelas, 21 de Novembro, 2009
Os Professores Itinerantes da Escola
Básica Integrada de Capelas



Escola de Novas Tecnologias com empregabilidade quase total

A quase totalidade dos alunos que frequentou a Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA), durante os seus 15 anos de actividade, encontrou emprego no mercado regional, revelou João Lima, director da instituição, em declarações à Lusa.

Os dados apontam para que 93 em cada 100 alunos tenham conseguido emprego na Região, o que permite à ENTA atingir um elevado nível de empregabilidade dos formandos, que, segundo João Lima, é "para manter no futuro", apesar do alargamento da actividade da escola a outras áreas de intervenção.

Os cursos ministrados pela instituição, dirigidos a alunos com uma formação de base equivalente ao 12.º ano de escolaridade, são financiados pela União Europeia, no quadro do PRO-EMPREGO, programa operacional dos Açores para a área laboral, abrangendo as áreas do Controlo Alimentar, Electrónica e Comunicações e Informática, Instalação e Gestão de redes.♦

Apoio a Sócios



10% desconto aos Associados*

* Desconto extensível a familiares de 1º grau

- Consulta de Nutrição
- Tratamentos de Emagrecimento
- Massagens de Relaxamento
- Tratamentos de Rosto
- Depilação Permanente a Luz Pulsada
- Espaço do Homem
- Programa Mamã
- Programa Noivos
- Programa Um dia Só Meu



Este Natal Ofereça Mythos!

Hot Stone Massage | Tranquillity Ritual Treatment | Vital Leg | Limpeza de Pele
Kits de Cosmética Personalizados

www.mythos.com.pt | 295 216 294 | 966 739 897 | Rua Direita, 52 -1º piso | Angra do Heroísmo

ALKIMIA
GABINETE DE ESTÉTICA

Twister	30min	€125
	1 hora	€180
6 Sessões Twister Lipo não invasiva		
Twister	30min	€600
	1 hora	€900
10 Sessões RF Abdominal		€550
RF (Radiofrequência)		
+Costas e Braços		€800
10 Sessões RF Pernas e Glúteos		€980
RF (Radiofrequência)		
6 Twister +6 RF +10 Drenagens		€1500
RF (Radiofrequência)		
15 Sessões Laser de iodo		€450

promoções
outono_inverno
www.alkimia-estetica.com

Natacha Gouveia
Esteticista
Cosmetologista
Aromaterapeuta

Rosto

10 Sessões Radiofrequência (5 meses)	€600
Microdermoabrasão + 6 lifting a laser de iodo (2 meses e 15 dias)	€310
Microdermoabrasão + 6 O2	€600

Fotodepilação

Buço (oferta Mento)	€20
Axilas	€35
Axilas + Virilhas	€60
Virilhas	€45
½ Perna	€85

ALKIMIA
GABINETE DE ESTÉTICA

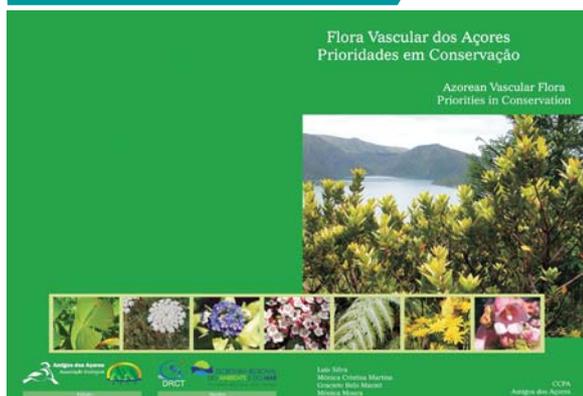
promoções
outono_inverno
www.alkimia-estetica.com

Edifício dos Corte Reais
Angra do Heroísmo
☎ 295 216 600

O Gabinete de Estética Alkimia, oferece um desconto de 12% a todos os Associados do SPRA

*funcionários(as) de entidades ou empresas com protocolo estabelecido entre a Alkimia - Gabinete de Estética, Sociedade Unipessoal, Lda., não poderão beneficiar das promoções Outono/Inverno

Novidade



Foi apresentado, no passado dia 26 de Novembro, na Livraria Solmar, o Livro “*Flora Vascular dos Açores – Prioridades em Conservação / Azorean Vascular Flora – Priorities in Conservation*”, da autoria de quatro investigadores do CIBIO-Açores, sob a Coordenação do Prof. Luis Silva, editado pelos Amigos dos Açores – Associação Ecológica e pelo Centro de Conservação e Protecção da Natureza da Universidade dos Açores.

Apoiado no conhecimento acerca dos factores que afectam negativamente a sobrevivência das plantas vasculares ameaçadas nos Açores, o trabalho estabelece as prioridades para a sua conservação, constituindo-se como uma ferramenta de apoio à decisão na gestão das espécies mais susceptíveis às alterações ambientais.

Espera-se que “*Flora Vascular dos Açores – Prioridades em Conservação / Azorean Vascular Flora – Priorities in Conservation*” constitua um estímulo ao desenvolvimento do interesse da sociedade pela biodiversidade vegetal dos Açores.

Esta publicação, que materializa um guia de campo para observação e estudo das plantas ameaçadas, já se encontra à venda ao público em geral por 8€.

Cada Associado(a) dos Amigos dos Açores, com as quotas em dia, tem direito a um exemplar desta obra gratuito, bastando, para tal, solicitá-lo na sede da Associação ([Avenida da Paz, 14, 9600-053 Pico da Pedra](#) | Telefone/Fax: +351 296 498 004) ou por e-mail para carlaoliveira@amigosdosacores.pt. Os Associado(a)s que pretendam mais do que um exemplar poderão adquirir os restantes exemplares pelo valor promocional de 5€.

Mais publicações em <http://www.amigosdosacores.pt/> ♦

Lemos e Gostamos

Fui convidada para o lançamento do livro. Fiquei lisonjeada, curiosa e apreensiva. Afinal, era sobre uma aluna minha, com quem convivo todas as semanas. Foi mesmo com alegria que assisti à apresentação dessa obra e que esperei pelo autógrafa da autora e da protagonista da história.

Confesso que vim para casa e comecei a ler o livro, agarrei-o antes de adormecer.

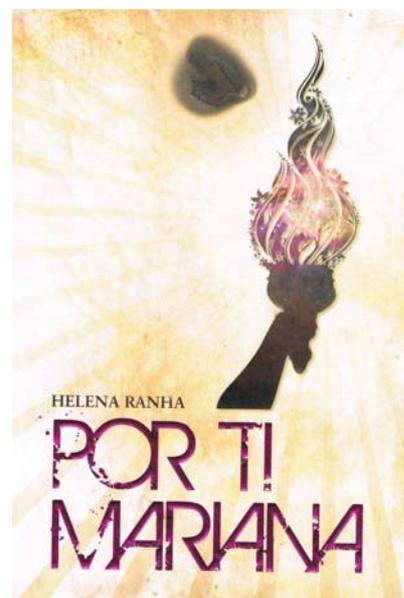
Consegui percorrer bastantes páginas e adormeci. Acordei diversas vezes com alguma angústia ao pensar pelo que passou a Mariana. É uma história comovente e triste, de muita derrota e aflição, mas a avó da Mariana, que eu invejo do fundo do coração, com o melhor que este sentimento de inveja possa conter, revela-se uma mulher de coragem, uma segunda mãe de força e convicção da cura da neta, que nela vê um apoio e um suporte insubstituível, apesar da presença da mãe e do pai.

A vitória da vida sobre esta doença do nosso século – o cancro – é, em metamorfose, um troféu de uma chama olímpica, atingida só pelos vencedores como a Mariana.

No meio das lágrimas, dos repetidos tratamentos e da presença de um narrador participante, descobrimos a vida de uma criança que luta com esperança e alegria de viver.

Nesta época em que só pensamos nas compras, nas festas, na árvore de Natal ou no Pai Natal, achei por bem reflectir neste bem precioso e fugaz que temos - a própria vida, para elogiar um livro que testemunha o valor da vida sobre a doença e a morte.

Bom Natal a todos, mas desculpem-me dirigir-me especialmente à avó da Mariana e, sobretudo, à minha Mariana - Feliz Natal! Elas representam a vitória do valor imensurável da saúde e da vida.”Para ti, Mariana”, também de mim... ♦



Isabel Furtado



Sala do Capítulo do Museu de Angra do Heroísmo. Até 31 de Janeiro de 2010.

Retratos dos Bispos de Angra

Colecção de retratos dos Bispos de Angra, levada a cabo no âmbito das celebrações dos 475 anos da Diocese de Angra do Heroísmo.

A apresentação destes retratos na Sala do Capítulo deste Museu é assumida sob a forma de galeria de retratos, dada não só a sua quantidade como também a ausência de excepcional qualidade artística e técnica de qualquer um deles. Apenas se desconhece a autoria de três retratos (óleos s/tela) de prelados do século XIX. Os primeiros vinte e dois são da autoria de um retratista que os pinta (óleos s/tela) no século XVIII e assina Stanislau, um (óleo s/tela) é da autoria de Marini (séc. XIX), dois (oleogravuras) são do retratista A. Alves (1954 e 1960) e os restantes nove (acrílicos s/ tela) são de Sergey Ilchenko, datados já do século XXI. ♦

Actualidade / Ambiente

Uma reflexão e um desafio a propósito da Conferência Mundial sobre Alterações Climáticas



Com este número do *SPRA Informação* a entrar nas máquinas, arranca em Copenhaga a Conferência Mundial sobre Alterações Climáticas, iniciativa de grande alcance, lançada pela Organização das Nações Unidas, onde, tudo aponta nesse sentido, terá havido um esforço de sensibilização dos Governos e de procura de soluções, mobilizando as consciências e a opinião pública internacional, para o combate ao aquecimento da Terra. É urgente uma efectiva redução das emissões de carbono. Agora que Bush está fora de cena, as esperanças neste diálogo são maiores. Voltaremos a esta matéria na nossa próxima edição, deixando já um apelo a todos os professores da Região para que incentivem, nas suas escolas, a abordagem, com os alunos, das conclusões daquela importante conferência internacional. Porque esta é também uma matéria que interessa a todos os cidadãos portugueses e, nomeadamente, aos trabalhadores, aqui deixamos um breve registo actualizado com as preocupações da CGTP-IN.

A Central tem, no seu programa, contribuir para o combate ao aquecimento global lutando para que haja uma redução efectiva de emissões de gases com efeito de estufa. Todos sabemos que, pelo que envolve, é uma tarefa muito difícil no plano nacional e internacional, sendo mesmo a mais complexa dos últimos decénios.

Estamos confrontados com três crises de carácter ecológico que põem em causa o desenvolvimento sustentável, designadamente: as emissões de carbono que provocam o aquecimento global; a perda acentuada da biodiversidade; a persistência desta crise económica com as graves repercussões na qualidade de emprego, na precariedade, assim como no aumento do desemprego e no crescimento da pobreza.

Os aumentos das assimetrias mundiais na distribuição da riqueza e no desenvolvimento colocam questões que urge responder rapidamente. Para isso, é necessário encontrarem-se soluções viáveis e justas para todos os povos. Há que fazer mudanças planeadas nestas três principais frentes de combate, que é para já o maior desafio a vencer.

As energias maioritariamente usadas são as principais culpadas da presente situação no efeito de estufa, sendo, por isso, necessário colocá-las na ordem do dia, devendo-se efectuar mudanças urgentes que não aumentem o desemprego. Para isso, há que procurar aumentar a eficiência energética que pesa sobre alguns sectores altamente consumidores, que necessitam de modernização. Aqui, as renováveis constituem uma excelente oportunidade para que os Governos e as empresas de todos os países aproveitem e apostem prioritariamente na sua modernização compatível com o ambiente e o emprego.

É preciso estimular o papel dos sindicatos enquanto catalizadores para as mudanças necessárias na defesa da vida humana, animal e vegetal, assim como na protecção da biodiversidade e das matérias-primas, principalmente aquelas que são esgotáveis, protegendo, assim, melhor o futuro dos trabalhadores.

É preciso exigir soluções estáveis de desenvolvimento sustentável e humanizado, nomeadamente, através de medidas mais eficientes no consumo de energia, na criação de novos empregos de carácter verde e novas práticas, com formação adequada. É preciso cumprir todas as normas já aprovadas sobre a redução do envio de carbono para a atmosfera e também as medidas socialmente justas de harmonização do desenvolvimento com os direitos humanos e de biodiversidade.◆

Arte

“VÍdeo Killed The Painting Stars”, vídeos de José Maças de Carvalho



Sala Dacosta do Museu de Angra do Heroísmo Até 17 de Janeiro de 2010

Conjunto de 11 vídeos que constituem uma abordagem iconoclasta a algumas imagens basilares da história das artes visuais (de Caravaggio, Velasquez, Manet, Helmut Newton a Andy Warhol ou Jeff Wall), criando uma nova obra, radicalmente diferente da original.◆

Exposição

Rui Melo expõe na Carmina Galeria

A mostra intitula-se “FAQ’s” e pode ser visitada até 7 de Fevereiro



Rui Melo, artista plástico terceirense e licenciado em Pintura, pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, irá expor os seus mais recentes trabalhos, em Angra do Heroísmo, na Carmina Galeria.

A mostra intitula-se “FAQ’s”, fazendo alusão à conhecida expressão norte-americana de “frequently asked questions”, que se traduz livremente por “dúvidas que surgem com frequência”.

A exposição foi inaugurada no dia 28 de Novembro e estará patente naquele local—CARMINA GALERIA— até ao dia 7 de Fevereiro.◆



DV

O Ipra deseja um
Bom Natal e um Feliz
Ano Novo a todos os
Professores e Educadores